

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
CURSO DE HISTÓRIA

Vinicius Fernandes Jacuniak

**AS HOMENAGENS DO PÓS-GUERRA: FESTAS DE RECEPÇÃO E O  
MONUMENTO AOS VETERANOS DA GUERRA DO PARAGUAI EM SANTA  
CATARINA (1870-1877)**

Florianópolis

2023

Vinicius Fernandes Jacuniak

**AS HOMENAGENS DO PÓS-GUERRA: FESTAS DE RECEPÇÃO E O  
MONUMENTO AOS VETERANOS DA GUERRA DO PARAGUAI EM SANTA  
CATARINA (1870-1877)**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel e Licenciado em História.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Beatriz Gallotti Mamigonian.

Florianópolis

2023

Jacuniak, Vinicius Fernandes

As homenagens do pós-guerra: festas de recepção e o monumento aos veteranos da Guerra do Paraguai em Santa Catarina (1870-1877) / Vinicius Fernandes Jacuniak ; orientadora, Beatriz Gallotti Mamigonian, 2023.

66 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. História. 2. Guerra do Paraguai. 3. Santa Catarina. 4. Festas cívicas. 5. Monumentos. I. Mamigonian, Beatriz Gallotti. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em História. III. Título.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**ATA DE DEFESA DE TCC**

Aos cinco dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três, às quatorze horas, por videoconferência reuniu-se a Banca Examinadora composta pela Professora Beatriz Gallotti Mamigonian, Orientadora e Presidente, pelo Professor Fernando Bartholomay Filho, Titular da Banca, e pela Professora Ana Paula Pruner de Siqueira, Titular da Banca, designados(as) pela Portaria nº 29/2023/HST/CFH da Senhora Chefe do Departamento de História, a fim de arguirm o Trabalho de Conclusão de Curso do acadêmico **Vinicius Fernandes Jacuniak**, subordinado ao título: **“As homenagens do pós-guerra: festas de recepção e o monumento aos veteranos da Guerra do Paraguai em Santa Catarina (1870-1877)”**. Aberta a Sessão pela Senhora Presidente, o acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo o candidato recebido da Professora Beatriz Gallotti Mamigonian a nota final 9,5, do Professor Fernando Bartholomay Filho a nota final 9,0 e da Professora Ana Paula Pruner de Siqueira a nota final 10,0; sendo aprovado com a nota final 9,5. O acadêmico deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, em versão digital à Coordenadoria do Curso de História até o dia doze de julho de dois mil e vinte e três. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo candidato.

Florianópolis, 05 de julho de 2023.

Banca Examinadora:

Prof. Beatriz Gallotti Mamigonian



Documento assinado digitalmente

**Beatriz Gallotti Mamigonian**

Data: 05/07/2023 16:00:19-0300

CPF: \*\*\*.998.109-\*\*

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Fernando Bartholomay Filho



Documento assinado digitalmente

**Fernando Bartholomay Filho**

Data: 10/07/2023 11:10:57-0300

CPF: \*\*\*.676.150-\*\*

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof.a Ana Paula Pruner de Siqueira



Documento assinado digitalmente

**ANA PAULA PRUNER DE SIQUEIRA**

Data: 05/07/2023 16:31:14-0300

CPF: \*\*\*.017.309-\*\*

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Candidato Vinicius Fernandes Jacuniak



Documento assinado digitalmente

**VINICIUS FERNANDES JACUNIAK**

Data: 11/07/2023 15:14:40-0300

CPF: \*\*\*.596.759-\*\*

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**  
Campus Universitário Trindade  
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina  
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico (a) Vinicius Fernandes Jacuniak, matrícula n.º 17203549, entregou a versão final de seu TCC cujo título é “As homenagens do pós-guerra: festas de recepção e o monumento aos veteranos da Guerra do Paraguai em Santa Catarina (1870-1877)”, com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 12 de julho de 2023.



Documento assinado digitalmente  
**Beatriz Gallotti Mamigonian**  
Data: 12/07/2023 15:15:48-0300  
CPF: \*\*\*.998.109-\*\*  
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

---

Orientador(a)

Dedico este trabalho à memória de Adelaine.

Do lado de cá, ainda lembro de você.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a minha família por ter possibilitado minha entrada e permanência no ambiente universitário, desde 2017. Muitas vezes não compreendendo a dimensão acadêmica em que me envolvi nos últimos anos, continuaram insistindo em minha formação, enxergando aqui um espaço de ascensão social. Fui criado por pessoas simples, mãe empregada doméstica, pai autônomo e irmão chapeador, que não tiveram oportunidade de terminar suas formações básicas, por isso a insistência em concluir com a minha formação acadêmica. Para Dorceli, Docemar e Giovani, muito obrigado.

Para os amigos e amigas que fiz durante a graduação, foram o respiro necessário para seguir estudando nos anos difíceis que compartilhamos. Para a Fernanda, companheira de disciplinas, trabalhos, almoços, jantares e cinemas, uma das pessoas mais inteligentes que conheci; para o Maycon, meu colega mais velho em idade, mas o mais jovem de espírito, seu humor e leveza me lembravam como a vida deve ser; para a Yasmim, foram muitas as trocas de memes e conversas sérias, do racismo estrutural às nossas origens Targaryen, uma verdadeira “doutorah”; para o Alysson, quando eu crescer quero chegar em seu nível, um exemplo de educador, pesquisador e crossfiteiro; para a Marcella, a cientista social, roqueira e gaúcha mais elegante que já conheci. Andei junto de vocês nos últimos cinco anos e isso foi recompensador. Embora a vida tenha nos afastado, espero que de forma temporária, levo todos no coração.

Às pedagogas Bárbara Quadros e Kátia Paixão, do Serviço Pedagógico de Educação Especial do Colégio de Aplicação (UFSC), pela experiência enriquecedora do estágio não-obrigatório em acessibilidade. A oportunidade de trabalhar em sala de aula e auxiliar estudantes com deficiência me proporcionaram aprendizados valiosos sobre o ambiente escolar, diversidade e inclusão que levarei para a profissão e a vida.

À minha professora e orientadora Beatriz Gallotti Mamigonian, responsável por nortear este trabalho nos momentos mais árduos. Entre as inúmeras visitas aos arquivos, as indicações de bibliografias e as palavras de conforto durante o longo processo de escrita, seu olhar crítico foi essencial para o resultado final. Agradeço por despertar minha curiosidade com a temática da guerra e oferecer aquela visita guiada ao centro histórico de Florianópolis, lá no primeiro semestre de 2021, me levando até a atual pesquisa.

À equipe do Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis, Cássia Estuqui, Chrystian Tomasini e Lucas Gomes, aos funcionários do Arquivo Público Estadual de Santa Catarina, Bruno de Souza Ferreira e Giovania Nunes, à atendente do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Jane da Silva, e ao historiador Angelo Antônio de Aguiar, do

Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município (SEPHAM), vinculado ao Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. Agradeço de coração pela atenção e paciência durante os dias em que estive visitando as instituições. Sem eles, não seria possível consultar os documentos frios e envelhecidos para pensar e executar este estudo.

Para André e Yury, amigos de curso essenciais em muitos momentos. Desde a fase de transcrição das fontes, dicas de mudança na escrita e nas normas da ABNT, entre muitas conversas desprentensiosas, se tornaram meus conselheiros, responsáveis por iluminar o meu caminho quando a situação apertava.

Por fim, agradeço a Universidade Federal de Santa Catarina e aos demais colegas de profissão do Departamento de História. Em tempos de pandemia, ensino remoto e saúde mental abalada, fazer esta pesquisa não seria possível sem o apoio de todos vocês, um trabalho feito por muitas mãos.

## RESUMO

Em março de 1870, a Guerra do Paraguai chegou ao fim e milhares de soldados, exaustos dos horrores da campanha militar, começaram o processo de regresso às suas famílias. Aguardavam ansiosamente pelo reencontro com suas mães, esposas e filhos, ansiando por um tratamento honroso e pela concretização das promessas feitas pelo governo imperial. Os debates públicos envolvendo o retorno dos veteranos levaram a uma nova batalha no pós-guerra, a do reconhecimento, reunindo a população, a imprensa e as administrações em torno das festas, numa série de comemorações que se espalharam pelo país. O presente trabalho visa explorar as especificidades envolvidas nas festividades cívicas de recepção aos batalhões de veteranos que desembarcaram na província de Santa Catarina, ao longo do primeiro semestre de 1870. Por meio da análise de jornais e de documentos oficiais, como registros de correspondências da Câmara Municipal de Desterro, ofícios da Presidência da província de Santa Catarina e outras correspondências enviadas/recebidas do Ministério da Guerra, além de diversos jornais que circularam pela capital, busca-se examinar como a cidade estruturou e vivenciou essa atmosfera festiva, seguindo um modelo festivo comum a outros eventos cívicos do século XIX, comparando com outras experiências receptivas ocorridas na Bahia, no Rio de Janeiro e no Piauí. Durante a pesquisa, também foram explorados outros aspectos dos tradicionais festejos cívicos e populares que ocorriam na capital de Santa Catarina, Nossa Senhora do Desterro, ligados por rituais pré-estabelecidos entre eles. Junto disso, é destacado o cotidiano da sociedade desterrense durante o seu processo de militarização, apresentando os efeitos colaterais do “*teatro da guerra*” na população local. Por fim, utiliza-se o monumento em homenagem aos oficiais catarinenses mortos na Guerra do Paraguai, de 1877, enquanto um ícone norteador para questionar a forma como esse evento histórico deveria ser lembrado na posteridade. Buscou-se explorar diferentes perspectivas e oferecer novos sentidos e significados que superassem a historiografia tradicionalmente patriótica, promovendo reflexões críticas e aprofundadas sobre as representações da guerra. Dessa forma, as recepções festivas e suas múltiplas representações artísticas e arquitetônicas celebravam a vitória brasileira no conflito, divulgavam valores favoráveis ao regime monárquico e fortaleciam o compromisso catarinense com a defesa da nação, mas também selecionavam quais memórias das batalhas e de seus envolvidos deveriam ficar marcadas para a história no pós-guerra.

Palavras-chave: Guerra do Paraguai; Santa Catarina; festas cívicas; monumentos.

## ABSTRACT

In March 1870, the Paraguayan War came to an end and thousands of soldiers, exhausted from the horrors of the military campaign, began the process of returning to their families. They eagerly awaited reunion with their mothers, wives and children, longing for honorable treatment and the realization of promises made by the imperial government. The public debates surrounding the veterans' return led to a new post-war battle for recognition, bringing together the population, the press and the administrations around the holidays in a series of celebrations that spread across the country. The present work aims to explore the specificities involved in the civic festivities of reception of the veterans' battalions that landed in the province of Santa Catarina, throughout the first semester of 1870. Through the analysis of official documents from Santa Catarina, such as records of correspondence from the City Council, official letters from the Presidency of the Province and other correspondence sent/received from the Ministry of War, as well as several newspapers that circulated in the capital, we seek to examine how the city structured and experienced this festive atmosphere, following a festive model common to other civic events of the 19th century, comparing it with other receptive experiences that occurred in Bahia, Rio de Janeiro and Piauí. During the research, other aspects of the traditional civic and popular festivities that took place in the capital of Santa Catarina, Nossa Senhora do Desterro, linked by pre-established rituals between them, were also explored. In addition, the daily life of Desterrense society during its militarization process is highlighted, presenting the side effects of the "theater of war" on the local population. Finally, the monument in honor of the Santa Catarina officers killed in the Paraguayan War of 1870 is used as a guiding icon to question how this historical event should be remembered in posterity. The aim is to explore different perspectives and offer new meanings that go beyond the traditionally patriotic historiography, promoting critical and in-depth reflections on the representations of the war. In this way, the festive receptions and their multiple artistic and architectural representations celebrated the Brazilian victory in the conflict, disseminated values favorable to the monarchical regime and strengthened Santa Catarina's commitment to the defense of the nation, but also selected which memories of the battles and their participants should be marked for post-war history.

Keywords: Paraguay War; Santa Catarina; civic festivals; monuments.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO 1: A FESTA E A GUERRA EM SANTA CATARINA: CONTEXTO CATARINENSE NO SÉCULO XIX.....</b>	<b>19</b>
<b>1.1: FESTAS CÍVICAS EM NOSSA SENHORA DO DESTERRO.....</b>	<b>19</b>
<b>1.2: A ILHA NA ROTA DA GUERRA.....</b>	<b>24</b>
<b>CAPÍTULO 2: A FESTA AOS VETERANOS EM DESTERRO.....</b>	<b>29</b>
<b>2.1: É PRECISO FESTEJAR!?</b>	<b>29</b>
<b>2.2: AS RECEPÇÕES EM DESTERRO.....</b>	<b>33</b>
<b>CAPÍTULO 3: MONUMENTO AOS HERÓIS DA GUERRA DO PARAGUAI.....</b>	<b>47</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>57</b>
<b>FONTES .....</b>	<b>63</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>64</b>

## INTRODUÇÃO

Entre idas e vindas pelo centro histórico de Florianópolis, em dezembro de 2021, caminhando pelas ruas irregulares de paralelepípedos e passando pelas antigas construções, que contrastam com os grandes edifícios modernos, o passado e o presente se harmonizam e conflitam. Nesse cenário, uma construção histórica passava despercebida pelos moradores e turistas que transitam diariamente pelos arredores da praça XV de novembro: o monumento em homenagem aos catarinenses falecidos na Guerra do Paraguai. Destinado a homenagear os mortos em combate e celebrar os vivos que regressaram do conflito, a existência do monumento norteou esta pesquisa, que busca compreender como ocorreram as diversas recepções aos batalhões de veteranos de guerra e a sequência de festividades e homenagens durante o ano de 1870, culminando na construção da “Coluna Comemorativa”, de 1877.

Considerado o maior conflito armado ocorrido na América Latina, a Guerra do Paraguai (1864-1870) envolveu uma aliança entre a Argentina, o Brasil e o Uruguai contra o Paraguai. Desde as primeiras décadas do século XIX, com os processos de independência em andamento nas antigas colônias espanholas e portuguesa, a região do rio da Prata se tornou palco de diversas disputas territoriais, resultado do processo de formação e consolidação dos Estados sul-americanos e do choque entre diferentes condutas políticas e econômicas adotadas por cada nação. Em um momento em que as fronteiras ainda não estavam oficialmente estabelecidas com a vizinhança platina, as disputas mais intensas envolviam as pretensões argentina e brasileira pelo controle da bacia do Prata<sup>1</sup>.

Ao buscar um equilíbrio de forças no Prata, o Paraguai se via estrangulado pelas duas grandes potências vizinhas, que utilizavam do Uruguai como palco para suas disputas, impedindo a circulação pelos rios acima. Dando o pontapé inicial, o governo paraguaio rompe com sua política diplomática que se arrastava nas últimas décadas: procedeu à captura do vapor brasileiro Marquês de Olinda, em novembro de 1864, pelas frotas paraguaias, conduzindo o presidente da província de Mato Grosso, além de documentos oficiais, alimentos e armamentos para as guarnições. No mês seguinte, uma expedição paraguaia

---

<sup>1</sup> Localizado no interior da América do Sul, sem saída direta para o mar, a posição geográfica do Paraguai era precária, demandando de uma política externa de livre navegação pela bacia platina para promover o seu desenvolvimento nacional. Exposto as desavenças entre argentinos e brasileiros pela expansão de suas respectivas zonas de influência no Prata, o país se manteve isolado durante a primeira metade do século XIX, saindo da reclusão a partir da chegada do paraguaio Francisco Solano López (1827-1870) ao epicentro do conflito. Para garantir a possibilidade de livre navegação do rio Paraguai ao mar aberto platino, o Paraguai estabeleceu as primeiras aproximações com as províncias federalistas de Corrientes e Entre Rios, além do partido Blanco no Uruguai, desagradando os interesses centralizadores da Argentina e Brasil. Sobre os antecedentes da Guerra do Paraguai ver: FERREIRA, Gabriela Nunes. *O rio da Prata e a consolidação do estado imperial*. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.

desembarca na cidade de Coimbra (MT) e inicia uma invasão à província, cortando as comunicações entre a capital mato-grossense e a administração central brasileira. Na tentativa de conduzir suas tropas ao Uruguai, em abril de 1865, os paraguaios solicitaram uma autorização ao governo argentino para atravessar seu território, o que não foi permitido pelo presidente Bartolomeu Mitre (1821-1906). Mesmo com a recusa, o Paraguai invade as províncias de Corrientes e Misiones, alcançando a fronteira oeste do Rio Grande do Sul<sup>2</sup>.

No dia 07 de janeiro de 1865, o governo imperial publica o decreto nº 3.371, criando os Corpos de Voluntários da Pátria, com a finalidade de promover um aumento considerável no contingente militar brasileiro, incentivando a entrada da população civil na batalha. Como forma de atrair esses civis, o decreto assegurava uma série de vantagens: soldo diário de 300 réis; gratificação de 300 mil réis após a baixa; lotes de terras de pouco mais de 22 mil braças em colônias agrícolas ou militares; preferência em cargos públicos e patentes militares; isenção do serviço no Exército, Marinha e Guarda Nacional; assistência para os familiares dos voluntários que falecerem na guerra<sup>3</sup>. Já em maio do mesmo ano, representantes dos três países assinaram o Tratado da Tríplice Aliança, estabelecendo uma aliança militar contra o Paraguai e os requisitos necessários para uma futura conclusão da guerra, tendo Mitre como comandante dos exércitos aliados.

As vantagens materiais e simbólicas, vistas como uma oportunidade de ascensão socioeconômica para as camadas mais pobres e desprotegidas da sociedade, junto do viés nacionalista presente nos discursos oficiais e na imprensa, levados pelo desejo de ataque à honra nacional, resultaram em uma rápida mobilização pelo Império. Das províncias nortistas ao extremo sul, os primeiros agrupamentos militares foram organizados logo nos primeiros meses de 1865, atraindo indivíduos de diferentes estratos sociais.

Mesmo com as recompensas especiais, o serviço militar continuava inspirando repulsa na população livre. As condições insalubres dos quartéis, os baixos soldos, as punições corporais, o armamento precário e a alimentação escassa foram fatores que tornaram o recrutamento voluntário insuficiente em algumas localidades para o governo imperial, que precisou recorrer a outras formas de recrutamento, convocando os Guardas Nacionais e a compra de pessoas escravizadas para compor as fileiras da guerra. Apesar do número de recrutados crescer vagarosamente, a província de Santa Catarina enfrentou dificuldades em

---

<sup>2</sup> IZECKSOHN, Vitor. A Guerra do Paraguai. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. Coleção *Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2009, p. 394- 396.

<sup>3</sup> BRASIL. *Decreto nº 3.371, de 07 de janeiro de 1865*. Coleção de Leis do Império do Brasil, p.5, vol.1. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3371-7-janeiro-1865-554492-publicacaooriginal-73111-pe.html>>. Acesso em: 09/02/2023.

mobilizar seus cidadãos para integrar o 25º batalhão de Voluntários da Pátria, assim unindo o contingente catarinense às tropas paranaenses, totalizando 1.537 homens enviados durante todo o período, um número relativamente pequeno quando comparado com outros alistamentos provinciais<sup>4</sup>.

Entre vitórias e derrotas, a guerra tomou novos rumos a partir de 1868. O cerco bem-sucedido à fortaleza de Humaitá possibilitou a passagem da frota naval brasileira, agora sob o comando de Luís Alves de Lima e Silva (1803-1880), o Marquês de Caxias<sup>5</sup>, responsável por abrir os caminhos para Assunção. Mesmo com os paraguaios resistindo em batalhas seguintes, o avanço aliado forçou a fuga de López para o interior do Paraguai, deixando sua capital deserta para a conquista definitiva das tropas brasileiras em janeiro de 1869.

Em novembro do mesmo ano, o ministro brasileiro dos Negócios Estrangeiros, José Maria da Silva Paranhos (1819-1880), deliberou junto ao ministro das Relações Exteriores da Argentina, Mariano Varela (1834-1902), acerca da redução das forças militares em operação no Paraguai. Acreditando que o exército paraguaio já não oferecia mais perigo, era um momento oportuno para as três nações diminuírem as pesadas despesas com a guerra, visto que a campanha já havia se tornado impopular, tanto para os civis quanto para os militares. O novo comandante-chefe das tropas, Conde d'Eu (1842-1922) também se mostrou favorável à remoção das tropas, desde que os voluntários fossem os primeiros a serem retirados, deixando apenas um contingente necessário para as operações na Campanha da Cordilheira<sup>6</sup>.

Enquanto o Império insistia nas operações em território inimigo, a Argentina e o Uruguai iniciaram a retirada de seus soldados. Amplamente divulgada pela imprensa brasileira, o regresso e os festejos pelo retorno dos veteranos argentinos e uruguaios, repleta de saudações populares, festividades públicas, cerimônias particulares e homenagens diversas,

---

<sup>4</sup> CABRAL, Oswaldo. *Nossa Senhora do Desterro: memórias, vol.2*. Florianópolis, 1972, p. 210- 211.

<sup>5</sup> A nomeação de Caxias está inserida em um quadro complexo de tensões político-partidárias do Segundo Reinado. Quando a guerra começou, o gabinete real estava sob a orientação da Liga Progressista, entre 1864 e 1866, responsável por elaborar as bases do decreto dos Voluntários da Pátria. Caxias, por sua vez, possuía uma longa experiência militar e também um nome notável dentro do Partido Conservador, correspondendo a um desejo da Corte em centralizar o comando do Exército e conter possíveis conflitos internos. Nesta conjuntura, o serviço militar se torna um espaço inevitável para as disputas políticas, acalorando ainda mais a rixa entre os partidos no pós-guerra. Ver em: IZECKSOHN, Vitor. 2009, p. 408-409.

<sup>6</sup> Com uma guerra interminável, havia uma preocupação que rondava o governo imperial em relação ao estado dos soldados em campo de batalha e sua volta ao Brasil. O Exército era desorganizado, tomado pelo desânimo e cansaço extremo, a fome era constante, as doenças e as deserções eram comuns entre os combatentes e a indisciplina reinava. Esperançosos pelo retorno, mas exaustos e armados, a saída antecipada dos soldados era defendida como uma forma de conter possíveis agitações, mesmo com certo desconforto por parte da Corte. Ver em: DORATIOTO, Francisco. *Guerra Maldita: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2002, p. 444-449.

causavam uma onda de expectativa e inquietação pelo regresso dos voluntários brasileiros<sup>7</sup>. Após cinco anos, no dia 01 de março de 1870, foi oficialmente concluída a Guerra do Paraguai. A notícia da morte de López se espalhou rapidamente, desencadeando no Rio de Janeiro uma onda de êxtase pela volta de seus veteranos. A partir desse momento, era hora do governo imperial colocar em prática o regresso dos batalhões de Voluntários da Pátria e da Guarda Nacional, festejar suas vitórias e quitar as promessas feitas.

Influenciada pelos modelos europeus, a jovem monarquia brasileira buscava se consolidar nos trópicos, utilizando das festividades reais enquanto um demonstrativo de seu poder, reforçando sua posição privilegiada frente à população comum<sup>8</sup>. Desde a chegada da família real portuguesa ao Brasil (1808) até a dissolução do regime monárquico (1889), o período imperial utilizou de diversos mecanismos para se autopromover, como ocorreu no caso das festas. Com seus diferentes rituais e um potencial mobilizador, essas manifestações costumam oscilar entre dois campos: a cerimônia, aqui associada às regras/etiquetas do culto, e a festa popular, uma expressão da alegria e exaltação, ora se distanciando, ora convergindo.

A presença pública da realeza em marchas militares, procissões religiosas e festejos populares visava integrar esses personagens à vida cotidiana, levando, de forma simbólica, o monarca onde sua presença física não era possível. Orquestradas por rituais e símbolos pré-determinados e geralmente comuns a todos, a Corte e os governos provinciais transformaram as festas em um espaço oficial e extensivo do sistema, promovendo valores e ideais favoráveis ao regime, enfatizando o amor à pátria, o respeito às instituições e a importância da estabilidade sob um poder centralizado. Em desfiles militares, por exemplo, reforçam o poderio do Exército e da Marinha, transmitindo uma imagem de força e segurança, enquanto nas cerimônias religiosas ressaltam a relação duradoura do Estado com a Igreja Católica, consolidando o casamento entre a Coroa e a Cruz. Ao refletir sobre o contexto que o governo imperial vivenciou durante a Guerra do Paraguai, Marcelo Santos Rodrigues aponta que o ato de comemorar o regresso e relembrar a bravura do povo brasileiro no campo de batalha reforçava a participação valiosa da Corte, permitia a suspensão temporária dos conflitos partidários e moldava a memória coletiva sobre o ocorrido<sup>9</sup>.

---

<sup>7</sup> RODRIGUES, Marcelo Santos. *Repercussões sobre o fim da Guerra do Paraguai, na Argentina, no Uruguai e no Brasil*. Revista Diálogos, v. 19, n.3, 2015, p. 1076-1078. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/33731>>. Acesso em: 19/02/2023.

<sup>8</sup> Martins, William de Souza. *Festas*. In: VAINFAS, Ronaldo; NEVES, Lúcia Bastos Pereira das (org.). *Dicionário do Brasil joanino (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2008. p. 164.

<sup>9</sup> RODRIGUES, Marcelo Santos. *Guerra do Paraguai: os caminhos da memória entre a comemoração e o esquecimento*. 2009. 340 f. Tese (Doutorado) - Curso de História Social, Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009, p. 126.

Por meio de bandeiras, cortejos, discursos, hinos, insígnias e outros elementos simbólicos, as comemorações cívicas acentuam os valores nacionais, como a dedicação à causa pública. Esses eventos não se limitavam a ocasiões pontuais, mas faziam parte de uma cultura nacionalista mais ampla que permeava a sociedade da época. Entre as festas mais celebradas incluíam as do dia da Independência (07/09), aniversários e aparições da família real, inúmeras de caráter religioso e a Proclamação da República (15/11), muitas delas se tornando tradicionais ao longo do tempo, sendo realizadas até os dias atuais. Dessa forma, buscavam inculcar na população um sentimento de orgulho nacional e o desejo de contribuir para o bem comum, a defesa e o desenvolvimento do país, reforçando a participação ativa dos cidadãos na construção da nação e na preservação dos valores cívicos<sup>10</sup>.

Enquanto a festa oficial era planejada pela Corte, prevista para julho de 1870, uma rodada de festividades espontâneas, de caráter popular e sem grandes investimentos, se proliferou por muitas províncias ao longo do primeiro semestre. Em todas, segue-se uma configuração semelhante: durante o dia, o povo se aglomerava, aplaudindo ou chorando ao recepcionar os soldados, ovacionando-os ao longo do cortejo, seja pelas ruas ou das varandas de suas casas. Celebrações religiosas também eram comuns, com a população se reunindo nas igrejas para assistir ao “*te-deum*”<sup>11</sup> e lembrar a saudade daqueles que deram suas vidas pelo próprio país. À noite, o clima festivo não descansava, pois, o céu escuro se iluminava pelo show de fogos de artifício. Entre encontros públicos e particulares, havia uma preocupação em materializar a memória da guerra, revivendo as vitórias alcançadas no Paraguai.

Sendo a primeira parada em solo brasileiro, já distante dos terrores do “*teatro da guerra*”<sup>12</sup>, a província de Santa Catarina merece destaque pela sua posição geográfica, que recebeu o desembarque das primeiras tropas brasileiras em sua capital, Nossa Senhora do Desterro. Ao longo da primeira metade de 1870, diversos foram os batalhões que pisaram em terras catarinenses, recebendo as máximas honrarias das autoridades provinciais, municipais e a população local. Entre muitos cortejos, os moradores ocupavam o Largo do Palácio e festejavam a curta permanência destes soldados na ilha<sup>13</sup>.

Mesmo com as numerosas homenagens, entre medalhas, bandeiras, estátuas e nomes de ruas, a mais representativa delas levou sete anos para ser entregue à população desterreense,

<sup>10</sup> BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. *Festas cívicas na Corte regencial*. Revista Varia História, Belo Horizonte, v.22, n.36, 2006, p. 4-8.

<sup>11</sup> Te-deum era um ritual religioso em ação de graças que inicia com “Te Deum laudamus”, promovida pela Igreja Católica, ocorrendo ao ar livre e dentro das igrejas. Ver em: TE-DÉUM. In: Dicionário Michaelis, Editora Melhoramentos, 2023. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/te-d>>. Acesso em: 18/03/2023.

<sup>12</sup> Expressão utilizada pela imprensa brasileira para designar o campo de batalha durante a Guerra do Paraguai.

<sup>13</sup> RODRIGUES, Marcelo Santos. Op.cit., 2009, p. 67-68.

cimentando de vez uma memória da guerra. A construção e a inauguração do Monumento aos Heróis do Paraguai, situado no antigo Largo do Palácio, atualmente renomeado praça XV de novembro, esteve envolvido numa série de problemas financeiros e imprevistos históricos que afetaram sua edificação e o significado presente no projeto original. Mais do que uma construção grandiosa que embeleza a paisagem urbana, o monumento cumpre um papel de materializar a memória patriótica em Desterro, ajudando a construir uma narrativa legítima sobre a participação catarinense no evento histórico<sup>14</sup>.

A extensa historiografia da Guerra do Paraguai, do final do século XIX até o presente, apresenta complexas e diferentes interpretações sobre as causas, desdobramentos e consequências do conflito. Até meados de 1960, a corrente historiográfica tradicional ou nacionalista teve forte influência do positivismo, enfatizando o choque dos países da Tríplice Aliança contra o expansionismo do governo paraguaio de Solano López pela região platina, justificando a guerra pela defesa da soberania nacional. Traçando um paralelo com o Paraguai, frequentemente taxado como um país belicoso, o Brasil era representado como uma nação pacífica e orgulhosa de sua pátria, exaltando o papel da Coroa e do Exército, assim construindo uma imagem de bravura e patriotismo. A partir das décadas de 1960 e 1970, surge a corrente revisionista, questionando os paradigmas oficiais ao propor novas interpretações acerca das causas do conflito. Influenciado diretamente pelo imperialismo britânico que, por sua vez, orientou uma série de alianças econômicas e políticas entre as três nações aliadas, os historiadores revisionistas destacavam os impactos devastadores da guerra na economia e sociedade paraguaia, apontando também para a brutalidade e os excessos cometidos pelos exércitos brasileiros<sup>15</sup>.

A historiografia mais recente da guerra, conhecida como “Nova História Militar”, surge nas décadas de 1980 e 1990 com o objetivo de renovar as interpretações anteriormente estabelecidas sobre o evento histórico. Essa vertente desafia a visão simplista de que a guerra foi motivada apenas pelas ambições individuais (López) ou por interferência externa. Desse modo, busca compreender o conflito a partir de uma perspectiva mais ampla, considerando as dinâmicas internas na formação dos Estados nacionais e nas suas disputas geopolíticas. Ao adotar uma abordagem atualizada, os historiadores da História Social da Guerra do Paraguai exploram aspectos esquecidos ou sub-representados, buscando uma compreensão mais

---

<sup>14</sup> LOHN, Reinaldo Lindolfo. Uma história fardada: a guerra contra o Paraguai vista de Santa Catarina. In: BRANCHER, Ana; AREND, Sílvia Maria Fávero (org.). *História de Santa Catarina no século XIX*. Florianópolis: Editora UFSC, 2001. p. 197-199.

<sup>15</sup> GARCIA, Gabriel Ignácio. *A Guerra do Paraguai em diferentes interpretações*. Revista Cadernos de Clio, vol.5, n.1, p. 17-22, 2014. Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/cli/article/view/40213/24567>>. Acesso em: 25/06/2022.

abrangente e complexa do período e de seus desdobramentos. Na atual historiografia, busca-se superar as narrativas já cristalizadas pela memória coletiva, que muitas vezes foram moldadas pelas correntes anteriores. Para alcançar uma compreensão mais aprofundada, adota-se uma abordagem interdisciplinar, incorporando uma diversidade de fontes e métodos que permitem explorar aspectos antes marginalizados no processo central da guerra. Além da ótica militar e política, os historiadores examinam também as dimensões sociais, culturais e econômicas do conflito. Isso envolve analisar os relatos produzidos por soldados rasos, bem como a participação de mulheres, indígenas e negros escravizados, reconhecendo suas experiências e contribuições para a guerra. Vale mencionar também o papel dos veteranos no pós-guerra, a mobilização da Guarda Nacional pelas províncias, o uso estratégico da propaganda e imprensa imperial, entre muitas outras possibilidades. Vitor Izecksohn destaca a importância da profissionalização dos arquivos militares, juntamente do crescente interesse dos historiadores e a proliferação de pesquisas sobre o tema. Esses fatores têm um impacto significativo em “oxigenar” o debate historiográfico, contribuindo para remover o pesado véu que a história militar muitas vezes impôs ao estudo do conflito. Essa renovação permite que as interpretações sejam questionadas, novas perguntas sejam formuladas, unindo abordagens de diversas áreas do conhecimento<sup>16</sup>.

Na tentativa de narrar um período pouco debatido pela historiografia brasileira, e praticamente inexistente pela perspectiva catarinense, esta pesquisa busca preencher uma lacuna existente no pós-guerra: a festa. Ao explorar a documentação original relacionada à passagem e permanência dos soldados por Santa Catarina, pretende-se compreender como a sua capital vivenciou o final do conflito a partir dos diversos festejos cívicos pelo regresso dos batalhões, durante o primeiro semestre de 1870, pontuando suas especificidades e semelhanças com outras experiências festivas pelo país, como na Bahia, no Rio de Janeiro e no Piauí. Nesse momento, é importante frisar que as fontes oriundas do aparelho burocrático e os jornais catarinenses reforçaram que os praças regressos eram “voluntários”, não apresentando nenhuma distinção a partir das variadas formas de recrutamento. Seguindo as orientações das autoridades imperiais apresentadas anteriormente, é possível deduzir que os Voluntários da Pátria foram os primeiros contingentes a pisarem em solo brasileiro após o fim do conflito.

Além disso, a pesquisa também procura questionar o controle da memória da guerra, utilizando como exemplo norteador o episódio da construção do monumento aos oficiais

---

<sup>16</sup> IZECKSOHN, Vitor. Op.cit., 2009, p. 420-421.

catarinenses da Guerra do Paraguai, de 1877. A partir do marco monumental, indagar acerca de uma alegoria da vitória que eterniza e materializa momentos específicos do conflito, enquanto silencia os dramas particulares de muitos que retornaram. Enquanto um produto de seu tempo, o monumento, por meio de seus sentidos e significados, pode contribuir para desnudar um tratamento desigual presente nas homenagens aos oficiais e soldados menores catarinenses.

Entre as características das fontes primárias utilizadas neste estudo, grande parte delas provém do aparelho estatal, como registros de correspondências do Ministério da Guerra e do Vigário da Matriz para a Presidência da província (1870-1877), ofícios da Presidência para a Câmara Municipal de Desterro (1870-1875), e outras correspondências emitidas pela própria Câmara (1869-1870), todas estas encontradas no Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis e no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Junto da documentação oficial, são utilizados diversos jornais que circulavam pela capital catarinense — *A Regeneração*, *O Mercantil*, *O Conservador*, *O Despertador*, por exemplo — e de outras províncias, trazendo informações mais detalhadas dos festejos cívicos pelo retorno dos veteranos. O referencial bibliográfico utilizado inclui a tese de doutorado de Marcelo Santos Rodrigues, “*Guerra do Paraguai: os caminhos da memória entre a comemoração e o esquecimento*”, que investiga as festas de recepção aos combatentes brasileiros no cenário nacional, destacando as comemorações na Corte e suas repercussões nas províncias vizinhas. Além disso, foram utilizadas obras de outros autores, como Francisco Doratioto, Hendrik Kraay, Lucas Alexandre Boiteux, Oswaldo Cabral e Vitor Izecksohn, que contribuíram para contextualizar e narrar as comemorações cívicas em Desterro e a materialização da memória.

Vale ressaltar que os documentos consultados nesta pesquisa possuem uma origem predominantemente burocrática e estatal, desconsiderando a perspectiva das classes populares durante as festividades. As brechas documentais e a escassez de estudos historiográficos nos impõe certos desafios ao montar o complexo “quebra-cabeça” sobre a passagem dos soldados pela capital de Santa Catarina. No entanto, é necessário iluminar trajetórias que foram historicamente esquecidas pela tradicional história da Guerra do Paraguai, diversificando os olhares sobre esse evento histórico e seus efeitos sociais.

## CAPÍTULO 1: A FESTA E A GUERRA EM SANTA CATARINA: CONTEXTO CATARINENSE NO SÉCULO XIX

### 1.1- Festas cívicas em Nossa Senhora do Desterro.

A primeira expedição estrangeira a atracar em terras catarinense no século XIX foi de origem russa, ancorando no porto de Desterro em dezembro de 1803. As embarcações *Nadesha* e *Neva*, comandados pelos capitães Adam Johann von Krusenstern e Urey Lisiansky, trouxeram os naturalistas alemães Georg Heinrich von Langsdorff e Wilhelm Gottlieb von Tilesius, ambos responsáveis por realizar uma das mais ricas descrições sobre a natureza e a população de Santa Catarina. Através de seus relatos, a cidade é descrita como pequena e modesta, não impressionando à primeira vista pelo aspecto rural, mas localizada em um ambiente agradável. A arquitetura simples e o vai e vem intenso das embarcações pelo porto se tornaram um traço característico da província no cenário nacional, com a cidade crescendo lentamente em torno da região central, tendo a Casa do Governador, a Câmara Municipal e a Igreja da Matriz se destacado na paisagem urbana<sup>17</sup>.

Os naturalistas alemães ainda apontam para a amabilidade como um aspecto marcante ao definir a índole do povo catarinense. Alegre, inteligente, encantador, fala de forma mansa e “cantada”, sociável e entregue aos divertimentos mais simples, raramente dado aos sentimentos mais melancólicos<sup>18</sup>. O perfil traçado do *barriga-verde*, gentílico utilizado para designar os nascidos em Santa Catarina, apesar do tom generalista e insustentável ao folhear o noticiário dos jornais da época, se faz presente na narrativa oficial de grandes eventos futuros.

Considerando que o Império buscava encenar e representar o poder para marcar o imaginário popular, as festividades cívicas adquiriram importante valor no decorrer do século XIX. A festa, repleta de rituais e símbolos diversos, se transformava numa extensão oficial do Estado, como visto na coroação do jovem Pedro II (1825-1891). A Corte se viu novamente encabeçada pela figura de um monarca, que agora precisava recorrer a esses instrumentos que o transformassem em um símbolo maior. Em julho de 1841, as ruas do Rio de Janeiro estavam tomadas por todas as classes sociais, que aguardavam os primeiros passos do jovem imperador e o início do “maior espetáculo que jamais se encenara no Brasil, o mais reluzente dos teatros da corte, que exibia com luxo seus símbolos e rituais diletos”<sup>19</sup>.

<sup>17</sup> CORRÊA, Carlos Humberto. *História de Florianópolis ilustrada*. 3.<sup>a</sup> ed. Florianópolis: Editora Insular, 2005. p. 127-130.

<sup>18</sup> VÁRZEA, Virgílio. *Santa Catarina: a ilha*. Florianópolis: Editora IOESC, 1984, p. 19-22.

<sup>19</sup> SCHWARTZ, Lília Moritz. *O Império em procissão: ritos e símbolos do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 7.

Visto que a monarquia possuía os mecanismos de veicular e divulgar a sua própria imagem, para a coroação foi desenvolvido um documento intitulado “*Disposições para a Sagração de S.M. O Imperador*”, dividido em 10 programas que pretendiam, de forma didática, orientar a população durante o trajeto real<sup>20</sup>. Ao fazer a entrada na praça central da capital, onde se realizavam as cerimônias oficiais, o monarca era acompanhado por uma extensa comitiva de juízes de paz, membros da Câmara Municipal, ministros, secretários e familiares, além dos moradores que aguardavam pela sua aparição. Em seguida, foi organizado um ato solene na Capela Imperial que, devido às limitações do espaço, ficou restrito ao Imperador e seus convidados mais próximos. Já coroado, o Imperador seguiu noite adentro com a cidade iluminada por fogos de artifício e numerosas felicitações durante o baile e banquete real. Fica evidente que o festejo seguia uma espécie de ritual, estruturado de modo hierárquico para garantir que esses personagens se distinguissem da massa de observadores.

Apesar das longas distâncias, todo o esplendor da coroação foi amplamente divulgado pela imprensa, incentivando o povo a acompanhar o evento e almejar algum acontecimento da mesma magnitude diante de seus olhos.

Quatro anos depois, o Imperador partiu em direção à província do Rio Grande do Sul, junto de sua família e comitiva real, fazendo a sua primeira parada na capital catarinense em outubro de 1845, onde todos desembarcaram e permaneceram pela região por quase um mês. Para celebrar a chegada do monarca, a Câmara Municipal e a Assembleia Legislativa haviam transformado a ilha em um recinto festivo, embelezado e higienizado em nome de sua Excelência. Os estabelecimentos comerciais e as fachadas das casas da região central receberam pintura nova de branco, assim como a Casa do Governador foi decorada, mobiliada e atapetada; dois arcos comemorativos foram erguidos entre a Matriz e a Alfândega, por onde as autoridades desembarcaram; uma escadaria foi construída ao lado da Câmara para evitar o contato visual com a cadeia; as fortalezas estavam embandeiradas; as ruas foram varridas e seus buracos tapados, e as barracas de quitutes, peixes e farinha foram removidos do Largo do Palácio<sup>21</sup>.

A notícia da chegada da esquadra imperial, vinda do Rio de Janeiro, causou grande comoção nos moradores, que aos poucos se amontoaram no largo e no trapiche, chegando a buscar os lugares mais altos da cidade para conseguir uma vista melhor dos ilustres visitantes. A chegada oficial criou uma atmosfera contagiante para o cortejo, onde o som estrondoso das

---

<sup>20</sup> DISPOSIÇÕES PARA A SAGRAÇÃO DE S.M. O IMPERADOR. Jornal *Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 19/06/1841. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/pdf/094170/per094170\\_1841\\_00134.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/094170/per094170_1841_00134.pdf)>. Acesso em: 14/10/2022.

<sup>21</sup> CABRAL, Oswaldo. *Nossa Senhora do Desterro- memória*, vol. I. Florianópolis, 1972, p. 204-205.

saudações, dos fogos de artifício e da música se fundiam pelo ar. Ao amanhecer, a comitiva imperial, a bordo do vapor *Imperatriz*, desembarca no porto e caminha por uma Alfândega embandeirada e guarnecida, sendo recepcionados e guiados pelas autoridades militares, políticas e religiosas da província, além da multidão que os acompanhava a cada passo. Caminhando em direção à Igreja da Matriz para assistir um *te-deum*, uma porção de meninas uniformemente trajadas lançavam uma chuva de flores durante o desfile, partindo depois para a Casa do Governador, onde receberam novas honrarias e “beija-mãos” dos presentes<sup>22</sup>.

Novamente, o espírito gentil e gracioso da população catarinense é destacado pela imprensa local com a presença da família real. Em um ambiente em que os sentimentos nacionalistas são instigados, as comemorações populares não cessavam com o passar do tempo, dando-se de modo espontâneo para manifestar seu orgulho patriótico através dos foguetes, bandas musicais e aclamações a cada nova aparição pública.

Durante a permanência, sua agenda de compromissos foi extensa. Entre momentos de lazer e atribuições oficiais, sempre acompanhado da multidão que o ovacionou, Pedro II participou de missas; visitou prédios públicos; fez doações financeiras para o Hospital de Caridade, recebendo o título de Protetor do Hospital; caminhou pelas principais ruas do centro de Desterro; assistiu a um espetáculo de iluminações públicas e fogos de artifício ao anoitecer em sua homenagem; passeou a cavalo até a região do Saco dos Limões; praticou pescaria e distribuiu os peixes aos pobres da freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, visitando também as freguesias de Santo Antônio, Lapa do Ribeirão e Caldas do Cubatão<sup>23</sup>.

---

<sup>22</sup> VIVA O SS. MAGESTADES IMPERIAES. Jornal O Relator Catarinense, Desterro, 18/10/1845. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=889750&Pesq=Vig%c3%a1rio&pagfis=4>>. Acesso em: 08/03/2023.

<sup>23</sup> CORRÊA, Carlos Humberto. Op.cit., 2005, p. 173.

Figura 1- Vista de Desterro na visita imperial de 1845.



Fonte- PIETRO, Vicente. **Vista do desembarque de SS. MM.** O Imperador e Imperatriz do Brasil na Ilha de Santa Catarina no dia 12 de outubro de 1845 (Acervo particular).

A pintura de Vicente Pietro (Figura 1) representa um momento de grande importância para a história catarinense. Nessa obra, o artista registra a primeira passagem do Imperador Pedro II, da Imperatriz Teresa Cristina e sua comitiva à antiga Desterro, em 1845. A vista, junto da recepção descrita anteriormente por Cabral, confirma como a cidade estava ornamentada para receber seus ilustres visitantes: o trapiche e as embarcações estavam embandeiradas com a bandeira imperial, as sacadas estavam decoradas com colchas coloridas, as tropas dispostas em linha, as autoridades provinciais aguardavam na Alfândega e a população local aglomeravam ao redor do largo. O Largo do Palácio, localizado no centro da capital de Santa Catarina, desempenhava um papel importante como ponto de encontro para os moradores da cidade, se reunindo tanto pela rotina diária de trabalho quanto por momentos de lazer e diversão. Além disso, servia também como palco para diversas celebrações cívicas e religiosas, em um circuito festivo que percorria os arredores da cidade. Entre as festividades recorrentes, o cotidiano político intenso, a atividade portuária e o comércio interno agitados, o coração de Desterro mantinha a sociedade civil em constante movimento.

De fato, a vida social da capital catarinense era enérgica e festiva. Embora ainda se assemelhasse a uma pequena vila em comparação com outras capitais provinciais, seus residentes já estavam acostumados com a ocorrência de eventos marcantes para a cidade, como as aclamações pela vinda do Imperador Pedro I (1826), da coroação e casamento de

Pedro II, das visitas reais do novo monarca e outros momentos, que proporcionavam um ambiente vibrante muito semelhante com outras localidades do Brasil Oitocentista.

No entanto, as oportunidades de festas despreziosas e distrações temporárias enfrentavam seus obstáculos. Durante o dia, a maioria dos moradores, principalmente os mais empobrecidos, era preenchido pelas exigências da dura rotina do trabalho. À medida que o entardecer e o anoitecer chegavam e o ambiente escurecia, momento este que o lusco-fusco domina o horizonte, a cidade se acalmava. A precária iluminação pública e a falta de disponibilidade para gozar do tempo de descanso, além das restrições impostas pela Câmara Municipal, se somavam aos fatores que dificultavam a realização de festejos abertos para os setores mais subalternizados da sociedade. Logo, essas limitações refletiam as condições socioeconômicas da época, com uma parcela da população tendo menos acesso a recursos e tempo para desfrutar de momentos de entretenimento coletivo<sup>24</sup>.

Apesar dos obstáculos implementados, seus residentes não se contentavam com as proibições, planejando suas “brechas” para o próprio divertimento, variando conforme a condição racial e social. Entre práticas esportivas, jogos de azar, encontros musicais e distrações mais simples, o que realmente sacudia a calma habitual da cidade eram os festejos públicos<sup>25</sup>. No decorrer do ano, dentro do íntimo social catarinense, é possível testemunhar uma gama de festividades que estimulavam o envolvimento direto da população, sejam elas religiosas, como Corpus Christi, procissão do Senhor dos Passos, semana santa, Páscoa, Divino e Natal, ou populares, como a farra do boi, festa junina, cerimônias cívicas e, sendo o mais prestigiado de todos, o Rosário.

Quando ainda não existiam os tradicionais desfiles das escolas de samba, sem toda a pompa atual, a folia carnavalesca acontecia de forma mais simples, levando o povo a ocupar as ruas. Mesmo com a Câmara Municipal fiscalizando e estabelecendo as normas de convivência, sob multa ou prisão, o clima festivo encorajava os moradores a ultrapassarem os limites. Entre fantasias sofisticadas e roupas velhas e rasgadas, mascarados ou de cara pintada, a festança rapidamente se transformava em um cenário de “guerra”. A larga produção de limões-de-cheiro<sup>26</sup> e as seringas, esguichos montados em pequenas carretas de artilharia

---

<sup>24</sup> SILVA, Jaime José dos Santos. Entre a diversão e as proibições: as festas de escravos e libertos na ilha de Santa Catarina. In: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Joseane Zimmermann (org.). *História Diversa: africanos e afrodescendentes na ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora Ufsc, 2021. Cap. 5. p. 106-127.

<sup>25</sup> CABRAL, Oswaldo. *Nossa Senhora do Desterro- memória, vol. I*. Florianópolis, 1972, p. 213-219.

<sup>26</sup> Sendo uma versão rudimentar dos atuais balões de água, a fabricação dos limões-de-cheiro movimentava o comércio local e beneficiava as camadas mais pobres, sendo vendido em lojas, tabernas, armazéns e pelas ruas. A preparação do produto consistia em espetar uma pequena vareta de madeira no limão e mergulhar rapidamente em cera líquida fervente, em seguida afundar na água fria para esfriar e secar. O processo seguinte era fazer uma pequena incisão para retirar o fruto, soldando o corte com mais cera, deixando apenas um furo para introduzir o

que assemelhavam-se a um canhão, serviam de munição durante a correria, forçando todos ao redor a participar do agito.

A convivência social em Desterro, historicamente retratada como simples e sóbria a partir de um desdobramento do núcleo familiar, girava em torno de aparições em bailes, festas e banquetes particulares, ostentando doçura e gentileza em passeios públicos no largo. Porém, no interior das festividades populares, as relações sociais se mostravam conflituosas e transgressores, sob repetitivas restrições por parte da Municipalidade no tocante aos costumes ofensivos, vestuário indecente e falta de decoro.

## 1.2- A ilha na rota da guerra.

Após vinte anos, em julho de 1865, Pedro II volta a viajar por terras catarinenses, tocando em Desterro acompanhado de sua comitiva e seu genro Conde d'Eu, indo novamente em direção à província do Rio Grande do Sul, onde a cidade de Uruguaiana havia sido sitiada pelos paraguaios logo nos primeiros meses da guerra.

Uma vez que os viajantes vieram em um vapor fretado e sem o acompanhamento de uma frota naval auxiliar, a passagem do *voluntário número um*<sup>27</sup> foi rápida e inesperada pelas autoridades e imprensa catarinense. Apesar da eventualidade, a notícia da vinda de integrantes da Corte se espalhou rapidamente pela cidade, o que possibilitou o ligeiro preparativo de uma recepção oficial, mesmo que de forma improvisada, com o intuito de demonstrar a admiração do povo catarinense pelo seu monarca. Para o desembarque, os corpos de Voluntários da Pátria marcharam do quartel para o Largo do Palácio, dispostos em linha para prestar continência durante o cortejo, enquanto diversas outras lideranças provinciais aguardavam a chegada no trapiche da Alfândega, da mesma forma que na última vez. A aglomeração e a inquietação do povo pelas ruas logo esfriaram com a nova notícia de que o Imperador resolveu não desembarcar do vapor, devido à urgência com a província vizinha, o cansaço da viagem e o mau tempo na baía sul, ficando atracado na baía norte durante sua estadia<sup>28</sup>.

---

líquido, podendo ser água pura, com tinta, perfumada, e em algumas ocasiões desagradáveis, com urina. Por fim, a esfera é fechada com mais cera líquida, concluindo com delicadeza e fragilidade. Sobre o carnaval em Desterro: CABRAL, Oswaldo. *Nossa Senhora do Desterro- memória, vol. I*. Florianópolis, 1972, p. 219-229.

<sup>27</sup> No início da campanha militar, D. Pedro II assumiu a condição de primeiro Voluntário da Pátria, chegando a aparecer vestido com trajes militares em muitas imagens oficiais da época, como forma de incentivar o recrutamento voluntário e despertar o sentimento patriótico da população. Ver mais em: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1998, p.451-486.

<sup>28</sup> CHEGADA DE SUA Magestade o Imperador ao Porto desta Cidade. *Jornal O Despertador*, Desterro, 14/07/1865. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709581&Pesq=Imperador%20Pedro%20II&pagfis=981>>. Acesso em: 14/03/2023.

Na ausência do Imperador, o jovem d'Eu foi escolhido para representá-lo em terra. Durante sua permanência, o Conde caminhou pela cidade e descreveu a configuração urbana em torno do largo: o Mercado Público, localizado na parte inferior, era menor que os da Bahia e Rio de Janeiro e se encontrava fechado no dia; de ambos os lados do centro situavam-se os prédios públicos, como a Secretaria de Polícia, Câmara Municipal e a Casa do Governador; por fim, a parte superior é reservada para a Igreja da Matriz. O restante da cidade é composto por ruas estreitas e bem alinhadas, as casas em torno da praça principal tinham aspecto agradável, diminuindo de tamanho e qualidade ao se afastar do centro. A população média desterrense girava em torno de doze mil habitantes, segundo dados da Presidência da província. Embora tenha passado mais de cinquenta anos desde a expedição russa, Desterro ainda não se encontrava no mesmo patamar de desenvolvimento urbano que outras capitais brasileiras, assemelhando-se mais a uma vila do que a uma capital<sup>29</sup>.

No quadro nacional, a ilha de Santa Catarina garantiu protagonismo dentro da guerra. A atividade portuária de Desterro se intensificou na década de 1860. Recebendo diversas navegações nacionais e estrangeiras cotidianamente, a cidade transformou-se em um suporte técnico essencial para a política imperial, amenizando a enorme distância territorial entre a Corte e o campo de batalha. A posição geográfica da província garantia um papel estratégico, sendo um ponto de apoio para as embarcações, que eram aseadas e abastecidas com água, carvão e outros suprimentos, além da condução dos batalhões de soldados<sup>30</sup>.

Diante da intensa circulação diária no porto, a passagem dos soldados em uma capital tão pequena, sem grandes estruturas básicas, ainda traria consequências negativas para a sociedade desterrense. Numerosas unidades militares, das mais diversas procedências, eram motivo de inquietação por parte das autoridades e da população local, visto que desobedeciam às leis municipais e provocavam desordens com os moradores. A Câmara era responsável por fiscalizar o funcionamento dos estabelecimentos comerciais de Desterro, recebendo denúncias dos guardas policiais do Mercado Público quanto aos abusos cometidos pelos soldados. Cobrando o Vice-Presidente Francisco José de Oliveira as devidas providências para cessar as agitações, buscava-se que “o Mercado não esteja como até agora desde manhã até a noite

---

<sup>29</sup> CORRÊA, Carlos Humberto. Op.cit., 2005, p. 175-176.

<sup>30</sup> WEGNER, Felipe Henrique. *Santa Catarina vai à guerra: a mobilização militar catarinense durante a Guerra do Paraguai*. Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010, p.29.

invadido por tão grande número de praças, que não vão comprar, mas sim por passeio, e também para jogar, embaraçando o povo que diariamente ali concorre para comprar (...)”<sup>31</sup>.

Na contramão do discurso oficial, o relacionamento entre os catarinenses e a guerra era conturbado, variando conforme os combatentes chegavam e partiam da cidade. Embora essa situação tenha se prolongado pelos cinco anos seguintes, um acontecimento intrigante ocorreu pelas ruas da capital, em um conflito direto e violento entre moradores e os prisioneiros de guerra paraguaios. O levante popular, ocorrido em março de 1868, se sucedeu após o soldado da Companhia de Inválidos — Joaquim José de Santa Anna — ter ficado gravemente ferido em confronto com o paraguaio Diogo Alvarenga, também acompanhado por José Miguel Rivera e José Cláudio. A notícia da agressão se espalhou pela vizinhança e enfureceu os munícipes, que rapidamente organizaram um protesto descontrolado no momento da prisão, culminando em um ferimento ao paraguaio Rivera até a dispersão total do motim. Enquanto os três envolvidos no crime ficaram confinados no quartel do Manejo e aguardaram o resultado do processo criminal, o ocorrido aprofundou ainda mais uma antiga indisposição entre os habitantes locais e os paraguaios, inimigos do Império naquele cenário<sup>32</sup>.

Utilizada para o massivo aquartelamento de tropas e recursos, a capital catarinense aos poucos foi se militarizando, conforme uma possível invasão se aproximava justamente da região platina, historicamente disputada entre os espanhóis e portugueses. Dentro de uma cultura militarista, Desterro abrigava diversas fortalezas e unidades militares, impulsionadas no período da guerra. Numerosos contingentes, vindos de muitas localidades, desembarcavam e eram direcionadas ao antigo quartel do Campo do Manejo, atualmente onde está localizado o Instituto Estadual de Educação, ficando alojados e aguardando seu próximo destino.

Durante a permanência, os combatentes aproveitavam desse espaço para o treinamento militar, contando também com uma cadeia, para casos de indisciplina, e uma enfermaria para o atendimento médico. O local insalubre, frequentemente fiscalizado pela Câmara Municipal, foi alvo de denúncia, “visto como foi deixado sem ladrilhar-se e fechar-se com lajedos, respondo a calçada da rua no antigo estado; e exalando presentemente um ambiente desagradável por motivos dos materiais fecais, digo das metais mefíticas que ali são

---

<sup>31</sup> AHMF. *Registro de Correspondência*, 1861-1872. Registro da Câmara Municipal de Desterro para o Vice-Presidente da Província Francisco José de Oliveira sobre os abusos cometidos pelos soldados no Mercado Público. 23 de junho de 1865, fl. 28-29/verso.

<sup>32</sup> WEGNER, Felipe Henrique. Op.cit., 2010, p.34.

depositadas e prejudiciais a saúde pública”<sup>33</sup>. Sem condições básicas para seu funcionamento, as acomodações precárias e nocivas permitiam o avanço de múltiplas enfermidades.

Por sua vez, as doenças estavam entre as principais causas de mortalidade no contingente, dizimando fileiras inteiras durante o conflito. Nos relatórios da Presidência da província, a seção da saúde pública garantiu status maior, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, quando as dificuldades logísticas de vacinação e o preocupante estado sanitário de Santa Catarina favoreceram a propagação de uma série de moléstias, como a cólera, febre-amarela, sarampo, varíola, etc. A intensa movimentação de tropas levou Desterro a receber um número significativo de adoentados, feridos e mutilados, atendidos em enfermarias e hospitais provisórios. A gravidade da situação fica visível no jornal *O Mercantil*, de abril de 1865, quando noticiou a passagem de três vapores, *Princesa*, *Apa* e *Imperatriz*, cada um deles conduzindo cerca de 677 praças. Desse contingente, 100 tiveram que desembarcar no hospital militar para tratar casos de sarampo e bexiga que afetaram toda a tripulação, antes de partir para Montevideú <sup>34</sup>.

Poucos meses depois, em outubro, a situação se agravou. Novamente, *O Mercantil* publica um decreto estabelecendo um depósito de convalescentes na fortaleza de Santa Cruz, “onde serão recolhidas as praças que tiveram saído das enfermarias militares da província, cujo estado exigir algum tempo de regime higiênico ou mudança de ares”. Entre os quinze artigos divulgados, vale mencionar o oitavo, que destacava que cada “vapor que conduzir convalescentes levará içada uma bandeira amarela e parará próximo à fortaleza de onde deverá largar com a necessária antecedência numa baleeira com toldo, afim de os receber”<sup>35</sup>.

Apesar de a guerra ter se apresentado de forma cruel e difícil para a população catarinense, alterando consideravelmente o cotidiano de uma sossegada cidade litorânea para uma zona militarizada, a mesma também oportunizou transformações importantes para a província. O período da guerra alavancou a melhoria na infraestrutura da província, especialmente no setor das comunicações para o extremo-sul brasileiro. Buscando acelerar a comunicação interprovincial, o governo imperial estabeleceu a primeira linha telegráfica, conectando a capital (RJ) ao Rio Grande do Sul, passando por Desterro, Joinville, Itajaí e Laguna, inaugurada em 1874. Outro reflexo do conflito se deu a partir da necessidade de

---

<sup>33</sup> AHMF. *Registro de Correspondência*, 1867-1869. Registro de 03 de julho de 1869, sem folha.

<sup>34</sup> NOTÍCIAS E FATOS DIVERSOS. *Jornal O Mercantil*, Desterro, 16/04/1865. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=711667&Pesq=fortalezas%20Desterro&pagfis=1652>>. Acesso em: 25/05/2022.

<sup>35</sup> PARTE OFICIAL. *Jornal O Mercantil*, Desterro, 19/10/1865. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=711667&Pesq=fortalezas%20Desterro&pagfis=1842>>. Acesso em: 25/05/2022.

desenvolver a navegação a vapor, ampliando as estradas de ferro e a estrutura portuária até o acesso às minas de carvão no sul catarinense, entregue ao longo da década de 1880. Nesse período, alavancou-se também o circuito agroexportador do país, impactando diretamente na economia catarinense a partir do crescimento exportador de farinha de mandioca<sup>36</sup>.

Sendo a última parada antes do *teatro da guerra*, e mesmo que a passagem dos combatentes ocorresse de forma temporária, a província de Santa Catarina se viu como uma peça fundamental dentro das movimentações militares promovidas pela Corte. Transportando pessoas, mantimentos, artigos bélicos e informações, a cidade de Desterro se envolveu diretamente, sentindo os ventos do conflito mesmo após seu fim. Entre incontáveis derrotas, a década de 1870 nasce sob a conclusão oficial da Guerra do Paraguai, iluminando o horizonte de possibilidade dos soldados brasileiros que almejavam o seu retorno.

---

<sup>36</sup> LOHN, Reinaldo Lindolfo. Op.cit., 2001, p. 179-180; 197.

## CAPÍTULO 2: A FESTA AOS VETERANOS EM DESTERRO

### 2.1- É preciso festejar!?

Entre 1865 e 1870, a Guerra do Paraguai se tornou tema central na imprensa brasileira. Os jornais publicados na Corte e nas províncias noticiavam cada passo dado dentro do conflito e ajudavam a formar a opinião pública a respeito da permanência do Brasil na guerra, conforme as tensões entre liberais e conservadores agitavam o Segundo Reinado. Antes mesmo do término do conflito, a redução dos exércitos aliados em solo paraguaio já era uma pauta discutida pelas autoridades imperiais. O noticiário divulgava as imponentes festividades na Argentina e Uruguai pela recepção de seus respectivos batalhões, aumentando a espera dos familiares nas províncias brasileiras.

Esse cenário de comemoração coletiva teve efeito reverso na Corte pois, a menos de dois meses para o término da guerra, o governo imperial ainda não havia definido uma recepção oficial para seus conterrâneos. Para Marcelo Santos Rodrigues, havia uma vontade em esquecer os horrores vividos nos últimos anos, uma preocupação com o que o retorno desses soldados poderia causar: problemas com abastecimento de água, medo do agravamento das epidemias de cólera e febre-amarela, possibilidade de desordens militares causadas pelos baixos soldos e gratificações, afinidade entre os militares e os debates sobre abolicionismo e republicanismo, e um desejo íntimo dos conservadores em não festejar as lideranças militares próximas do Partido Liberal<sup>37</sup>.

A imprensa também apresentava diferentes versões para minimizar os festejos pela recepção. O *Correio Paulistano*, jornal de São Paulo, sinalizava uma preocupação do Ministério da Guerra em avisar, com antecedência, seus munícipes a fim de prevenir qualquer frustração durante o retorno. O estereótipo construído de herói de guerra, glorificado com os louros da vitória sobre a cabeça, desmoronava no momento do desembarque: chegavam homens exauridos da longa viagem, traumatizados pela extrema violência que presenciaram e com seus pagamentos atrasados.

“Tudo isso há de ser muito bonito, há de divertir em extremo a corte e a população fluminense, mas o que é certo é que olhada a coisa de longe traz decidido ressaibo de ostentação e duríssima crueldade. São constrangidos os míseros heróis de guerra a dar-se em espetáculo, sem curar-se das desastrosas consequências a que vão ser expostos! Chegam maldispostos pelos martírios da campanha e pela viagem de mar, e mal desembarcam são obrigados a fazer através das ruas do Rio de Janeiro um trajeto de perto de duas léguas, de mochila e arma ao ombro, debaixo do sol abrasador próprio daquele lugar e da estação, postos de tal arte ao alcançável

---

<sup>37</sup> RODRIGUES, Marcelo Santos. Op.cit., 2009, p.28, 60.

infalível da febre-amarela que, ali grassa de modo assustador e de preferência ataca aos que vem de estranhas terras!”<sup>38</sup>.

Ao mencionar o regresso dos soldados paulistas e sua exposição constrangedora durante o cortejo, o jornal ainda solicita ao governo central para que estes combatentes, ao partirem de Santa Catarina — parada estratégica para tratamento médico e limpeza das embarcações —, desçam diretamente em suas respectivas províncias. Esquivando-se de uma recepção oficial, os batalhões se juntariam rapidamente às suas famílias e ficariam livres das ameaças que os rodeiam. “Em troca do infrutífero divertimento que deseja oferecer ao Rio de Janeiro, vai tomar sobre si a criminoso responsabilidade de muitos desastres, e do luto, desespero e orfandade de centenas de familiares”<sup>39</sup>.

Indo na mesma direção de não comemorar o regresso, o *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, oferecia outra justificativa. Deixando o direito de festejar a cargo de cada província, havia uma inquietação maior na Corte em quitar as promessas feitas pelo decreto imperial de janeiro de 1865, dívidas estas que pesavam nos cofres públicos. Além disso, as celebrações não faziam sentido naquela altura, visto que a guerra ainda não havia sido concluída para o Império, que continuava caçando López ao interior do Paraguai<sup>40</sup>.

Já o jornal catarinense *A Regeneração*, de janeiro de 1870, aproveita para criticar a atuação do gabinete conservador. Ao questionar o rumo da política imperial, o noticiário liberal aponta para a situação de abandono e inércia, tornando-a indiferente ao povo. Entregue a sujeitos individualistas, sem um senso de coletividade, os conservadores da chamada “ditadura de julho” se mostravam inconstantes e egoístas ao menor sinal de desequilíbrio no poder. Referindo-se ao retorno dos combatentes:

“O governo nutre suspeitas de liberalismo nos bravos do exército, e receia que quem derramou o sangue pela liberdade alheia, mais facilmente o verta pela própria liberdade.

Já as correspondências encomendadas lá do rio da Prata aconselham que as tropas brasileiras venham em pequenas frações, e para pontos diversos, de modo que fiquem tão divididas e espalhadas que ninguém possa vê-las ou temê-las.

Enquanto Buenos Aires e Montevideu tributam ovações aos seus valentes soldados pelos feitos da guerra cuja glória máxima nos cabe, nós tratamos de afastar a ideia de reconhecimento aos relevantes serviços dos nossos heróis, e de sumi-los no meio

---

<sup>38</sup> A RECEPÇÃO DOS CONTINGENTES DO EXÉRCITO. *Jornal Correio Paulistano*, São Paulo, 02/02/1870. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972\\_03&pesq=volunt%C3%A1rios&pasta=ano%20187&hf=memoria.bn.br&pagfis=77](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_03&pesq=volunt%C3%A1rios&pasta=ano%20187&hf=memoria.bn.br&pagfis=77). Acesso em: 27/03/2023.

<sup>39</sup> *Ibidem*.

<sup>40</sup> RODRIGUES, Marcelo Santos. *Op.cit.*, 2009, p.47.

da população, como entes importunos inúteis, prejudiciais ao Estado, ou antes ao governo do Sr. D. Pedro, nosso senhor e rei muito adorado”<sup>41</sup>.

Agrupados em poucos batalhões, representando uma fração muito menor de que quando pisaram no Paraguai pela primeira vez, a chegada desses sujeitos representava um sentimento de incerteza que preenchia o povo. Por um lado, havia a alegria pelo desembarque de um parente vivo, enquanto por outro, o que restava era o luto pela descoberta que seu ente querido não estava nas embarcações. Em todo o caso, o regresso era um momento aguardado pelos populares.

Desde meados de 1865, o Conselho do Estado encontrava-se sob a orientação da Liga Progressista, partido político composto por liberais e conservadores insatisfeitos com o domínio do Partido Conservador nas últimas duas décadas. Durante esse período, os gabinetes Olinda (1865-1866) e Zacarias (1866-1868) ficaram responsáveis por estabelecer a política de recrutamento e a conduzir o Exército brasileiro nos episódios mais árduos da guerra. A partir de 16 de julho de 1868, os conservadores voltam novamente ao poder, formando o gabinete Itaboraí, presidido pelo Visconde Joaquim José Rodrigues Torres (1802-1872), que administrou os momentos finais do conflito e herdou dos conselhos anteriores um antigo compromisso com os soldados<sup>42</sup>.

Ao final da Guerra do Paraguai, os dois comandantes-chefes das forças brasileiras, Marquês de Caxias, entre 1866 e 1869, e Conde d’Eu, de 1869 a 1870, estiveram envolvidos em lados opostos em relação às divisões partidárias da época. Como aponta Vitor Izecksohn, a escalção de Caxias — nome atuante entre os conservadores — para o comando das tropas aliadas foi uma decisão tomada unicamente pelo Imperador, sem levar em consideração a posição dos liberais do gabinete real. Enquanto Pedro II apostava na longa experiência militar de Caxias como uma oportunidade de reorganizar e reiniciar as manobras militares, agora sob um Exército unificado, as relações entre o Marquês e os progressistas se deterioraram. Em outras palavras “as enormes prerrogativas à disposição desse comandante no campo de

<sup>41</sup> CORRESPONDÊNCIA DO RIO DE JANEIRO. *Jornal A Regeneração*, Desterro, 26/01/1870. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709603&pesq=festa&hf=memoria.bn.br&pagfis=510>>. Acesso em: 25/08/2022.

<sup>42</sup> Vale ressaltar a atuação do Conselho, que desempenhou papel importante durante o Segundo Reinado, tanto na recepção dos batalhões de Voluntários da Pátria quanto em outras questões políticas e administrativas do Império. Constituindo um grupo razoavelmente homogêneo, muitos dos ministros/conselheiros já faziam parte da engrenagem política da época, possuindo vasta experiência em presidências de província e magistratura. Entre as pastas de Negócios do Império, Negócios Estrangeiros, Fazenda, Justiça, Guerra, Marinha, e Agricultura, Comércio e Obras Públicas, a presidência do Conselho dependia do aval do Poder Moderador (Pedro II) e do apoio da Câmara de Deputados, conforme os resultados das eleições inclinasse entre os liberais e conservadores. Sobre os partidos políticos imperiais e o Conselho de Estado, ver mais em: CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2017, p.199-228; 355-390.

batalha chocavam-se com os interesses do governo constituído, que se sentia desprestigiado pela preferência dada por d. Pedro II ao ‘Pacificador’”<sup>43</sup>.

Ao pisar em Assunção em janeiro de 1869, Marquês de Caxias declarava terminada a guerra, retornando ao Brasil após alegar problemas de saúde. Tal decisão preocupou a Corte e o gabinete Itaboraí, que se viram estremecidos com os inúmeros pedidos de dispensa de oficiais e voluntários. Mesmo com a sensação de guerra finalizada, para o Imperador ainda era necessário capturar López pelo interior paraguaio. Para essa tarefa, nomeou o príncipe consorte d’Eu como novo comandante das linhas, numa tentativa que se mostrou falha com o passar do tempo.

“A indicação de um membro da família imperial pretendia diminuir os problemas das forças brasileiras, agravados pelos muitos anos de campanha, pela insatisfação dos veteranos e pelos conflitos políticos e pessoais que se alastravam entre os oficiais mais experientes. Apesar dessa perspectiva, o comando de d’Eu não foi fácil. Dificuldades operacionais, atrasos nos salários, falta de disciplina e impaciência do comandante foram problemas que atrapalharam a todo o momento o prosseguimento das operações”<sup>44</sup>.

Descontente com os novos rumos do conflito, Conde perdeu o interesse na caçada à López e passou a solicitar ao Ministério da Guerra os preparativos para o retorno gradual das tropas, iniciando com os milhares de Voluntários da Pátria. Em correspondências trocadas com o ministro da Guerra/ Barão de Muritiba, Manuel José Vieira Tosta (1807-1896), d’Eu reforça a necessidade de retirar os corpos de voluntários de Assunção, argumentando que mantê-los era prejudicial para os já debilitados cofres brasileiros. Em resposta, o Barão enfatizou sobre a impossibilidade de retornar por causa da carência de embarcações suficientes para conduzir, de uma única vez, cinco a seis mil praças<sup>45</sup>. Expondo a apatia da Corte quanto ao regresso, era visível que o ministro buscava atrasar a vinda do príncipe à frente dos batalhões, a fim de evitar possíveis desordens no momento do desembarque, além desses soldados serem a lembrança das muitas promessas feitas no início da guerra.

O jornal conservador *Voz da Verdade*, ao narrar sobre as tensões partidárias nos festejos, procurou atenuar os supostos conflitos envolvendo Conde d’Eu e um ministro brasileiro no Paraguai — possivelmente José Maria da Silva Paranhos —, afirmando ser “um sonho da oposição liberal”. Ao indicar que no país imperava a cordialidade e a harmonia, o folhetim também pontuava um certo desequilíbrio no tratamento de Caxias.

<sup>43</sup> IZECKSOHN, Vitor. Op.cit., 2009, p. 408-409, 411.

<sup>44</sup> Ibidem, p. 413.

<sup>45</sup> RODRIGUES, Marcelo Santos. Op.cit., 2009, p.34-35.

“Nunca estabelecemos paralelos entre os diferentes generais que tem estado no sul, e menos ainda procuramos deprimir uns para elevar outros. Essas confrontações só o espírito de partido ou sentimentos inconfessáveis os podem ditar. Em questões desta ordem é preciso mais patriotismo e menos espírito partidário. Por ser conservador, não deixa o Sr. Caxias de ser um general brasileiro, e as glórias dos nossos generais, gregos ou troianos, pertencem todas à nação”<sup>46</sup>.

Visto como um liberal pelo gabinete conservador, encabeçando milhares de veteranos fatigados pelo conflito e sendo genro de Pedro II, o regresso do jovem príncipe era motivo suficiente de preocupação para a estabilidade política. Mesmo com as significativas contribuições para a vitória brasileira, o reconhecimento do Marques e do Conde ao final da guerra marcou a posteridade de formas distintas. Enquanto Caxias, mesmo recebendo o título de “duque”, foi recebido no Rio de Janeiro de maneira silenciosa, sem grandes comemorações por conta de sua saúde fragilizada, desprezado de diversas formas durante as festividades, o Conde foi recebido com as maiores honrarias por onde passou, se destacando nas homenagens do regresso.

De qualquer forma, as divergências partidárias e a preocupação do gabinete Itaboraí e da Corte quanto ao retorno dos batalhões de soldados não foram suficientes para impedir a proliferação das festas de recepção por todo o Império. De norte a sul, as comemorações cívicas seguiram suas próprias particularidades e temporalidades, muitas delas ocorrendo de maneira simultânea. Ainda que os veteranos da Guerra do Paraguai tivessem uma curta permanência ao desembarcar na capital catarinense, isso já era o bastante para reunir seus moradores em torno das recepções especiais do primeiro semestre de 1870.

## 2.2- As recepções em Desterro.

Embora a província de Santa Catarina esteja localizada relativamente próxima dos acontecimentos no Prata, a notícia da morte de Solano López e o término oficial da guerra, em 01 de março de 1870, demorou para alcançar sua capital e se espalhar por todo o extenso território brasileiro.

As manifestações populares se confundiam com as críticas dirigidas ao governo imperial, conforme novas informações chegavam às províncias: atingiu o Rio de Janeiro pouco mais de duas semanas depois, em 18/03; em Salvador apenas no final do mês, em 25/03; alcançou o Piauí nos primeiros dias de maio. Dependendo exclusivamente do fluxo de

---

<sup>46</sup> TRANSCRIÇÃO. *Jornal Voz da Verdade*, Desterro, 10/02/1870. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=895610&Pesq=programa%20recep%c3%a7%c3%a3o&pagfis=156>>. Acesso em: 29/03/2023.

embarcações e das linhas telegráficas, podendo levar dias ou semanas para as notícias do conflito atingirem algumas regiões do Império, as festividades de recepção aos soldados ocorreram em momentos diferentes. Dessa forma, a construção da memória da guerra seguia suas próprias especificidades, distintas em cada localidade.

Ainda que os dados sobre a chegada dos soldados sejam muito imprecisos, segundo Goyena Soares, os registros do Ministério da Guerra, entre 1864 e 1869, apontam para o envio de um total de 83.491 praças e oficiais do Exército para o Paraguai. Entre fevereiro e junho de 1870 regressaram 18.392 combatentes, sem levar em consideração a enorme quantidade de mortos, desaparecidos e dispensados durante a campanha, além dos 3.722 que ainda permaneciam no Paraguai e o efetivo da Marinha<sup>47</sup>. Entre dissolvidos e incorporados, grande parte dos 51 batalhões de Voluntários da Pátria foram rapidamente aniquilados, restando apenas 14 agrupamentos diversos. A recomendação do governo monárquico para que as tropas brasileiras retornassem em pequenas unidades, seguindo diretamente para suas terras natais, não foi o suficiente para conter os festejos, que se proliferaram pelas províncias.

Apesar dos obstáculos impostos, a ideia de não celebrar o regresso era inaceitável para a população catarinense. Em uma quarta-feira, no dia 16 de fevereiro de 1870, os primeiros corpos de Voluntários da Pátria desceram no porto de Desterro. Os vapores *Galgo*, *Vassimon* e *S. José*, transportavam o 40º batalhão da Bahia, o 17º de Minas Gerais e 53º de Pernambuco, formando “uma brigada de mil e tantos homens sob o comando do coronel Faria Rocha, os quais vem desembarcar e aqui demorar-se 3 dias a refrescar, seguindo depois para a corte”<sup>48</sup>.

Com numerosos foguetes subindo ao céu em vários pontos da cidade, teve início uma enérgica festa no momento do desembarque. Rapidamente, a Câmara Municipal emitiu um edital estimulando a comemoração, pedindo aos moradores que “ornem suas janelas, mandem limpar as frentes de suas casas, juncando-as de folhas e flores, ponham luminárias em suas janelas e concorram ao desembarque e parada desses bravos”<sup>49</sup>. Ainda sobre a atuação da

---

<sup>47</sup> Ainda em relação ao vácuo documental da guerra, Soares aponta para os desencontros estatísticos de 1867, envolvendo João Lustosa da Cunha Paranaguá (1821-1912), então ministro da Guerra, e o comandante Caxias, a respeito da ausência de dados sobre o serviço sanitário. Acerca do número de mortos, enquanto o quartel-general do Brasil no Paraguai apontava para oito mil vítimas desde o início da guerra, o cirurgião-mor do Exército registrava dezoito mil falecidos nos hospitais militares. Embora o ministro tenha solicitado um maior rigor das informações para o marquês, que não ocorreu, os dados contraditórios nos relatórios de guerra impedem o entendimento completo da situação. SOARES, Rodrigo Goyena. *Expectativa e Frustração: história dos veteranos da Guerra do Paraguai*. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 07/2014, p.14-18. Disponível em: <<http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/12013>>. Acesso em: 25/08/2022.

<sup>48</sup> Jornal *A Regeneração*, Desterro, 16/02/1870. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709603&pesq=recep%C3%A7%C3%A3o&pasta=ano%20187&hf=memoria.bn.br&pagfis=530>>. Acesso em: 25/08/2022.

<sup>49</sup> *Ibidem*.

Câmara na recepção, autorizam também “a festejar a chegada dos Bravos Voluntários da Pátria, mandando cantar um Te Deum, convidando as autoridades para assistir, iluminando o edifício desta Câmara por 3 dias”<sup>50</sup>.

Para acolher os novos visitantes, a Casa do Governador e o largo da municipalidade estavam ornados com a bandeira nacional; um show de luzes e fogos de artifício iluminavam os prédios públicos e particulares; os residentes caminhavam pelas ruas clamando os nomes de Osório, Conde d’Eu, Fernando Machado e outros catarinenses na guerra; a música era comandada pelo 1º batalhão da artilharia da Guarda Nacional. Sob uma noite chuvosa, o povo encantado pelo ritmo não deixava de ocupar o centro da cidade.

“O ato foi solene, a formatura foi brilhante.

Várias alocações foram feitas em honra dos bravos que estavam presentes, algumas poesias foram recitadas.

A sociedade Amor às Letras brindou a um desses bravos, designados pela sorte, com uma linda coroa de louros.

O distinto comandante, de que acima falamos, fez um belo e tocante discurso agradecendo em nome de seus comandados, não só este ato de elevado patriotismo da sociedade, mas também as manifestações sinceras do povo desterrense, à essa porção de brasileiros, que escapando ao morticínio dessa guerra sem igual nas republicas do Sul, voltavam à pátria.

Durante todos os festejos não cessaram de subir ao ar centenas de foguetes.

O espetáculo foi magnífico. S. Ex. Sr. Presidente da Província, colocado em uma das janelas do Palácio, saudou a brigada com diferentes vivas.

Concluiu-se a festa, desfilando a garbosa brigada em coluna pela frente do Palácio e do paço da municipalidade, debaixo de copiosa chuva que começa a cair”<sup>51</sup>.

Após o desembarque, enquanto os navios eram asseados, circulou a notícia de que as tropas se dividiram em diferentes locais para o aquartelamento. Os primeiros corpos saltaram em um cais da rua do Príncipe (atual Conselheiro Mafra), se instalando em um barracão dos herdeiros de Manoel Moreira da Silva, na olaria de Estanislau Valério e em um terreno de Joaquim Pedro Carreirão, localizados na Praia de Fora (atual Beira Mar Norte), enquanto o restante foi conduzido para alojamentos próximos do porto, muito provavelmente no Campo do Manejo<sup>52</sup>.

A presença dos soldados reacendeu o ânimo dos munícipes que, no impulso em retribuir os esforços dos combatentes, tratavam de organizar festas improvisadas. Mesmo com as iniciativas da esfera municipal e provincial em promover as festividades, a vontade popular

<sup>50</sup> AHMF. *Fundo da Câmara Municipal de Desterro*. Proposta dos vereadores para o festejo pela chegada dos Voluntários da Pátria. 16 de fevereiro de 1870, cx. 08.

<sup>51</sup> DIVERSAS OCORRÊNCIAS. Jornal *O Despertador*, Desterro, 19/02/1870. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709581&pesq=festa&hf=memoria.bn.br&pagfis=2836>>. Acesso em: 25/08/2022.

<sup>52</sup> Ibidem.

de celebrar e homenagear era maior, mesmo não sendo “brilhante, nem ostentosa, foi muito singela, porém tinha o cunho da sinceridade e cordialidade”<sup>53</sup>.

À vista do que já foi apresentado no capítulo anterior, os folhetins catarinenses do pós-guerra voltam a reproduzir os tradicionais estereótipos da população como sendo educada, gentil e receptiva. Ao narrar os episódios relacionados ao regresso dos soldados, os corações desterrenses são ocupados pela alegria e patriotismo, abrindo os braços com suas demonstrações de entusiasmo. Em correspondência trocada entre o Ministério da Guerra e a Presidência da província, o acolhimento catarinense volta a ser enaltecido:

“O Governo Imperial agradece as provas de patriotismo dadas pelos cidadãos Estanislau Valério da Conceição e Manoel Moreira da Silva, os quais ofereceram, espontânea e gratuitamente, dois grandes armazéns de sua propriedade onde foram aquartelados os corpos n. 40 e 53 da brigada vinda do Paraguai (...)”<sup>54</sup>.

No domingo, dia 20 de fevereiro de 1870, teve início o embarque das tropas em direção à Corte. Às 08:00 horas, os batalhões se colocaram em marcha no Largo do Palácio, participando de uma missa no pórtico da Igreja da Matriz, que reuniu neste ato a população, membros da Câmara Municipal e demais autoridades provinciais. As casas em torno do largo se encontravam adornadas para a festa, com suas janelas acolchoadas e embandeiradas servindo de arquibancada para as senhoras que assistiam do alto toda a movimentação. Após a missa, marcharam até a Igreja de São Francisco, onde foram convidados para assistir outra cerimônia. Por volta das 11:00 horas, as tropas baianas se deslocaram para o trapiche “Wenceslau”, e em meio aos agradecimentos e homenagens, especialmente ao coronel Faria Rocha, subiram nos vapores e seguiram o percurso.

“Todos eles, oficialidade e soldados, devem levar bem vivas recordações de Santa Catarina, porque aqui não houve individuo, não houve família, não houve associação que não rivalizasse em homenagens à tão ilustres hóspedes. Na corte e em sua terra natal terão sem dúvida ovações mais estrepitosas e brilhantes, porém não mais cordiais do que as nossas, e disso são prova a comoção e as lágrimas com que o distinto coronel Faria Rocha disse o seu último adeus ao povo catarinense”<sup>55</sup>.

Como apontado por Marcelo Santos Rodrigues, esse modelo de evento cívico foi adotado em outras localidades, por exemplo, na recepção do mesmo 40º batalhão à província

<sup>53</sup> Ibidem.

<sup>54</sup> APESC. *Correspondência do Ministério da Guerra*, 1870. Correspondência para a Presidência da Província agradecendo as provas do patriotismo catarinense na recepção dos batalhões. 24 de fevereiro de 1870, folha 41.

<sup>55</sup> NOTICIÁRIO. *Jornal A Regeneração*, Desterro, 24/02/1870. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709603&pesq=volunt%C3%A1rios%20da%20p%C3%A1tria&pasta=ano%20186&hf=memoria.bn.br&pagfis=539>>. Acesso em: 25/05/2022.

da Bahia. Um mês após partir da ilha de Santa Catarina em direção à Corte, onde os corpos de Voluntários da Pátria foram reconduzidos para seus respectivos destinos, o vapor *Galgo* atracou na Baía de Todos os Santos na manhã do dia 12 de março de 1870.

Ao serem avistados do porto de Salvador, tiros de canhão foram disparados para cortejar a embarcação. Demonstrando toda a sua expectativa pelo retorno, a população local rapidamente se mobilizou para recepcioná-los, entregando coroas de flores aos oficiais e soldados. O desembarque começou no Arsenal e o cortejo seguiu, acompanhado pela multidão, pelas ruas do Taboão, Carmo e a Nova Alfândega, alcançando a Praça Riachuelo para ouvirem as felicitações das autoridades baianas. Durante a marcha, os navios nacionais e estrangeiros ficaram embandeirados, assim como muitas casas com suas janelas decoradas por flores e colchas coloridas, além da música e arcos ornados por onde a festa acontecia. Apesar das saudações aos voluntários, a comemoração pela conclusão da guerra foi dedicada ao comandante Faria Rocha, também envolvido nas tensões partidárias da época, que conduziam a memória da guerra a partir dos interesses conservadores e liberais<sup>56</sup>.

No dia 12 de março de 1870, a Câmara Municipal de Desterro se manifestou para celebrar a notícia do término oficial da guerra com grande entusiasmo. Seguindo uma configuração festiva usual nestas ocasiões, o corpo de vereadores solicita ao Arcipreste Vigário da Igreja da Matriz a realização de um *te-deum* em ação de graças ao Todo Poderoso, garantindo toda a pompa necessária. Além disso, a população local também foi orientada a iluminar a frente de suas casas por três dias, como sinal de reconhecimento pelas ações valorosas dos brasileiros no conflito<sup>57</sup>.

Essas demonstrações revelam o modo como a Guerra do Paraguai repercutia e impactava diversos aspectos da vida cotidiana, e o papel importante desempenhado pelas demais Câmaras Municipais ao fim do conflito. Nas palavras de Larissa Viana e Martha Abreu, as Câmaras de Vereadores foram instâncias fundamentais responsáveis pela realização das festas públicas durante o século XIX. Para que esses eventos pudessem acontecer, era necessária uma licença que determinasse sua duração, espaço e forma de execução. Ainda que as autoras explorem a ocorrência de festividades religiosas, como o batuque e o Divino, ambas expõem as principais atribuições dessa instituição, encarregada por regular diversos aspectos da vida social: regulamentam o uso dos fogos de artifício, aglomerações ditas “perigosas”, consumo de comidas e bebidas alcoólicas, danças e jogos indecentes, entre

---

<sup>56</sup> RODRIGUES, Marcelo Santos. Op.cit., 2009, p.89-94.

<sup>57</sup>AHMF. *Registro de Correspondência*, 1869-1879. Registro do Presidente Miguel de Souza Lobo e Secretário Domingos Gonçalves da Silva Peixoto para o Arcipreste Vigário da Capital Sebastião Antonio Martins sobre a celebração de um te-déum na Igreja da Matriz. 12 de março de 1870, fl. 22/verso.

outros. Somado a isso, formularam e cobravam as posturas, visando manter a ordem através da fiscalização policial, e estabeleciam diretrizes relacionadas à saúde pública, inspecionando a salubridade do abastecimento de barracas e feiras, garantindo a segurança e o bem-estar da população<sup>58</sup>.

Em meio a essa atmosfera festiva, os problemas urbanos de Desterro não passavam despercebidos durante a chegada dos soldados. O aumento populacional ocasionado pela presença dos combatentes agravaram uma série de obstáculos no espaço urbano, como a falta de infraestrutura básica, mobilidade urbana limitada e condições insalubres de habitação. Tendo em vista que a Igreja da Matriz era o principal espaço utilizado para os *te-deuns* das recepções, o vigário Sebastião Antônio Martins comunicou a Presidência da província sobre o estado que se encontrava a matriz.

“Cientifico a Vossa Excelência que, sabendo o próximo perigo de desabamento em que se acha a Matriz desta cidade, dei providências para que os atos paroquiais sejam celebrados na capela de Nossa Senhora do Rosário, filial da Matriz, e seja esta conservada fechada, até que se façam os necessários reparos”<sup>59</sup>.

A religião cristã, especialmente o catolicismo, desempenhou um papel significativo nas homenagens prestadas pela população e autoridades governamentais durante as festas cívicas do século XIX, com a celebração de *te-deuns* e missas em reconhecimento pela vitória na guerra. A presença de Deus nessas celebrações reforçava a ideia de que o sucesso brasileiro no conflito era parte de um desígnio divino, atuando por intermédio dos combatentes em solo inimigo. No entanto, é importante ressaltar que a relação entre a festa e a religião era complexa e multifacetada, envolvendo diferentes disputas e atores sociais, mas garantindo uma presença marcante nesse contexto histórico.

Junto com a chegada de novas unidades militares, a atenção da população desterrense estava dividida com as tradicionais comemorações religiosas da Semana Santa. Entre muitos festejos, as procissões percorriam diversos pontos da ilha, como pelas ruas General Osório e a

---

<sup>58</sup> ABREU, Martha; VIANA, Larissa. Festas religiosas, cultura e política no império do Brasil. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil imperial- Vol. III- 1870-1889*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2009. p. 238-239.

<sup>59</sup> APESC. *Arciprestes e Vigários, 1868-1870*. [Correspondência do Arcipreste Vigário Sebastião Antonio Martins para o Presidente da Província sobre as celebrações na Igreja de Nossa Senhora do Rosário]. 20 de março de 1870, folha 148.

do Príncipe, levando cinco mil pessoas junto das bandas musicais, bailes, danças, espetáculos teatrais e show de luzes, caminhando até a praça principal<sup>60</sup>.

No mesmo final de semana de abril de 1870, pouco mais de 1.400 soldados se aproximavam do porto. No sábado (9), o vapor *Izabel* trouxe o 42º batalhão, composto por 500 praças, comandado pelo tenente-coronel Rego Barros, e a ala esquerda do 35º batalhão de São Paulo, trazendo outros 220 praças. No dia seguinte (10), o vapor *S. José* carregava o 46º batalhão da Bahia, com seus 483 praças comandados pelo coronel Araújo, além do *Alice* com a ala direita do 35º batalhão, contendo 200 praças. Enquanto as tropas desembarcaram para se refrescar, as embarcações eram asseadas<sup>61</sup>.

Apesar do clima festivo, a chegada de novos voluntários foi silenciosa. Enquanto os civis aguardavam as embarcações atracarem, amontoados na entrada da cidade e lançando foguetes em sinal de regozijo, as informações desconhecidas sobre a recepção e o quartelamento das tropas causavam confusão entre os munícipes. Dessa vez, a capital catarinense não ofereceu um acolhimento digno de honra aos soldados: a Casa do Governador se encontrava fechada, a bandeira nacional não tremulava sobre o edifício e as turbulentas festas deveriam ser evitadas. Mesmo com a celebração pretendida pela população, a impressão que ficava era de que suas autoridades não estavam dispostas a demonstrar sua gratidão aos heróis de guerra. Três dias depois, os corpos de voluntários embarcam nos vapores e seguem viagem<sup>62</sup>.

Ao questionar a obrigação do governo de oferecer uma recepção, *A Regeneração* anuncia a tragédia familiar do Presidente da província, o conservador Dr. André Cordeiro de Araújo Lima, como responsável pelo clima desolador. Ao mesmo tempo em que demonstra empatia pelo luto de Lima, a folha também aproveita para criticar a ausência de homenagens aos soldados.

“A perda lamentável de seus dois filhos podia acobardar o espírito do Sr. Araújo Lima: nada mais natural, nada mais justo; não era, contudo, ele o Presidente da Província, o delegado e representante do governo? Como furtar-se a seus deveres? S. Ex. desorientado por aquele golpe que lhe ferira o coração não se achou em estado de cuidar nos negócios públicos: porque porem não encarregou seus secretários e ajudante de ordens de receber dignamente a heroica brigada que pisava aqui pela primeira vez terra da pátria? E estes, quando faltasse aquele cuidado,

<sup>60</sup>DIVERSAS OCORRÊNCIAS. Jornal *O Despertador*, Desterro, 12/04/1870. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709581&pesq=festejo%20volunt%C3%A1rios&pasta=ano%20187&hf=memoria.bn.br&pagfis=2892>>. Acesso em: 03/06/2022.

<sup>61</sup> Ibidem.

<sup>62</sup> NOTICIÁRIO. Jornal *A Regeneração*, Desterro, 21/04/1870. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709603&Pesq=soldados%20regresso&pagfis=598>>. Acesso em: 25/05/2022.

porque não tomaram a iniciativa atendendo ao estado moral de S. Ex.º? Pelo contrário havia manifesto empenho em aparentar-se luto e tristeza pública”<sup>63</sup>.

Ao defender o reconhecimento dos Voluntários da Pátria, o Partido Liberal catarinense buscava se posicionar ao lado da população, destacando seus interesses em comum ao condenar o escândalo causado pelos “sentimentos particulares” e “paixões mesquinhas”. Essa postura pode ser interpretada como uma estratégia de garantir o apoio popular durante o regresso, visando fortalecer sua posição política no pós-guerra. Insistindo no serviço prestado por esses voluntários, procuravam também manipular essas saudações, fazendo oposição às políticas conservadoras, em nível local e nacional.

O luto generalizado não impediu que os moradores festejassem a vinda de novas tropas. Uma semana depois, em plena noite de segunda-feira (18), o vapor *Marcílio Dias*, conduzindo o 42º batalhão de voluntários da Bahia, se aproximava do porto. O desembarque só ocorreu na manhã seguinte, sendo recebidos com toda a energia em meio ao lançamento de inúmeros fogos de artifício. Como de costume, a Casa do Governador e o largo da municipalidade se encontravam embandeirados, as janelas das casas estavam adornadas de colchas e uma missa foi preparada na matriz. À frente da residência do primeiro Vice-Presidente da província, Dr. Manoel Vieira Tosta, a música invadia a noite.

“Folgamos em narrar estes fatos, pois nos vemos livre do desagrado que nos causou a recepção oficial da última brigada que por aqui passou: a infeliz administração do Sr. André juntara os seus bons amigos àquele escândalo que tanto envergonhou os catarinenses. Felizmente naquela ocasião o povo mostrava seus sentimentos acudindo em massa e vitoriando calorosamente seus irmãos voluntários onde quer que a oficialidade se juntava, quando as músicas tocavam”<sup>64</sup>.

Entre os milhares de soldados que já haviam passado pela ilha de Santa Catarina, o desembarque mais aguardado pelas autoridades e população local era do comandante-chefe Conde d’Eu. Prevendo que sua passagem ocorreria entre os dias 24 e 26 de abril, a Câmara Municipal enviou uma correspondência antecipada aos funcionários públicos e comerciantes da cidade para que pudessem se preparar para uma futura recepção ao príncipe consorte na rua Augusta (atual rua João Pinto), mas o planejamento não aconteceu<sup>65</sup>. Logo, um plano definitivo para a recepção se deu, poucos dias antes de sua chegada, de forma improvisada.

---

<sup>63</sup> Ibidem.

<sup>64</sup> Ibidem.

<sup>65</sup> Em comunicado adiantado, a Câmara ordena celebrar um te-déum em ação de graças quando Conde d’Eu atingir a capital. Devido a Igreja da Matriz ainda se achar em obras, o ato religioso deverá ser celebrado na Igreja da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, na rua do Ouvidor (atual rua Deodoro). Ver em: AHMF. *Registro de Correspondência*, 1869-1879. Registro da Secretária da Câmara Municipal de Desterro

“Desde então, contando-se com pouco decurso de tempo, o afã era grande da parte da comissão das festas da praça, e podemos assegurar que se a volta do príncipe não fosse tão cedo para quem só o esperava depois de regressarem todos os voluntários, seriam os festejos muito mais esplendidos e em muito maior número.

Todos presenciaram os trabalhos e esforços sobrenaturais desenvolvidos nesses dias pelo comerciante, o Sr. Brinchoza, a quem parecia ter-se reduzido a comissão do comércio, e do Sr. Wenceslao que com seu filho e seus operários, como é seu costume, fez prodígios na rapidez do trabalho e no vencer de qualquer dificuldade. Não devemos esquecer os pintores que laborando dia e noite tanto concorreram para o acabamento da obra”<sup>66</sup>.

Sobre as obras públicas mencionadas acima, provavelmente diz respeito ao aformoseamento do Largo do Palácio, visando embelezar a cidade e proporcionar um ambiente mais acolhedor. Na segunda-feira (25), aportaram os vapores *Vassimon* e *Bonifácio*, trazendo parte da 3º brigada de voluntários. Já no dia seguinte (26), os vapores *Presidente* e *Villeta*, traziam o restante da brigada, junto do coronel Francisco Pinheiro Guimarães. Enquanto se organizavam os preparativos para a vinda do príncipe, os dois dias foram tomados por saudações, músicas de rua e casas iluminadas em honra às tropas<sup>67</sup>.

Na manhã de quarta-feira (27), por volta das 06:00 horas, Conde d’Eu se aproximou de Desterro a bordo do vapor *Galgo*, indo embora no mesmo dia, às 14:00 horas. Sua curta permanência foi o bastante para movimentar a capital: de forma despreziosa, as janelas das casas em torno do largo foram decoradas com colchas e o povo se trajou com suas melhores vestimentas; os estabelecimentos comerciais e as repartições públicas encerraram o expediente mais cedo. Às 09:00 horas, o príncipe desembarcou no trapiche da Alfândega e foi recebido pelas autoridades municipais e provinciais, pela brigada em posição e pelas bandas musicais, além da multidão que o acompanhava durante a caminhada pela praça.

“A vista era magnífica, a baía com suas águas serenas, seu horizonte cercado das longínquas serras de Cubatão, o céu azul e límpido, e mais próximo, os navios todos embandeirados, e a praça com seus ornatos de variegadas cores, cheia de povo, tudo trazia aos olhos alegria e prazer, enquanto o som do hino nacional repetido por quatro bandas de músicas juntava um tom marcial que elevava o espírito e comovia o coração”<sup>68</sup>.

---

dirigida a diferentes funcionários públicos e do comércio sobre a passagem de Conde d’Eu pela cidade. 22 de abril de 1870, fl. 28/verso.

<sup>66</sup> NOTICIÁRIO. Jornal *A Regeneração*, Desterro, 01/05/1870. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709603&pesq=festa%20regresso&pasta=ano%20187&hf=memoria.bn.br&pagfis=609>>. Acesso em: 03/06/2022.

<sup>67</sup> Ibidem.

<sup>68</sup> Ibidem.

Após o cortejo inicial, o visitante ilustre adentrou a Casa do Governador e logo em seguida partiu para assistir a um *te-deum* na Igreja de São Francisco, organizado pela Câmara Municipal. Terminada a cerimônia religiosa, o Conde regressa ao palácio, onde recebe novos agradecimentos da comissão do comércio e da sociedade *Amor às Letras*, onde também participou de um almoço oficial. À tarde, o príncipe e uma fração das tropas se despediram da capital catarinense e seguiram viagem ao Rio de Janeiro. No dia seguinte, o restante da brigada também seguiu para a Corte. Apesar da rápida passagem, a festa manteve-se até o anoitecer, sob a iluminação de arcos e colunas comemorativas erguidas especialmente para a recepção, lançamento de foguetes e shows musicais<sup>69</sup>.

Durante o festejo, era comum lembrar os principais heróis do Paraguai, buscando enaltecer seus triunfos durante a campanha militar. Um exemplo disso foi a construção de um arco provisório em homenagem aos vitoriosos na antiga rua Augusta, onde os nomes de Pedro II, Conde d'Eu, General Câmara, Marechal Osório e o Exército eram glorificados. No entanto, os liberais da *Regeneração* não mencionaram o nome do conservador Caxias, propositalmente omitido<sup>70</sup>.

Na primeira quinzena de maio de 1870, em uma sexta-feira (13), ancorou no porto o vapor inglês *Hemylle* às 23:30 horas, conduzindo o 31º batalhão de voluntários, a ala esquerda do 37º batalhão e o contingente catarinense. Segundo *O Despertador*, a população local foi surpreendida com os foguetes estourando em diversos pontos da cidade, e agitados pela curiosidade partiram em direção ao trapiche, aguardando o desembarque de alguns oficiais que tinham familiares por aqui<sup>71</sup>. Novamente, a Câmara Municipal ordena celebrar um *te-deum* em ação de graças pelo regresso dos combatentes, marcado para às 17:00 horas na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, contando com a presença do Vice-Presidente, membros da Câmara, comandantes e oficiais das tropas<sup>72</sup>.

Dez dias depois (23), *O Despertador* relata mais uma festividade realizada em saudação aos soldados da 4ª brigada, composta pelos 36º e 37º batalhão<sup>73</sup>. A chegada incluiu

---

<sup>69</sup> Ibidem.

<sup>70</sup> Ibidem.

<sup>71</sup> DIVERSAS OCORRÊNCIAS. Jornal *O Despertador*, Desterro, 17/05/1870. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709581&Pesq=pra%c3%a7a%20XV%20volunt%c3%a1rios&pagfis=2934>>. Acesso em: 03/06/2022.

<sup>72</sup> AHMF. *Registro de Correspondência*, 1869-1879. Registro da Secretária da Câmara Municipal de Desterro dirigida a diferentes funcionários públicos e do comércio sobre a celebração de um te-déum na Igreja de Nossa Senhora do Rosário. 15 de maio de 1870, fl. 32.

<sup>73</sup> SAUDAÇÃO AOS VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA. Jornal *O Despertador*, Desterro, 24/05/1870. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709581&Pesq=soldados%20regresso&pagfis=2941>>. Acesso em: 25/05/2022.

desfiles, discursos, apresentações musicais e diversos simbolismos (bandeiras, vestimentas, estandartes, coroas), fornecendo um maior grau de detalhamento na cobertura do evento.

A comemoração teve início às 17:00 horas, com setes meninas recepcionando os combatentes. Cinco delas trajavam vestidos brancos, cintos verdes e faixas azul claro com distintivos, cada uma representando uma cidade catarinense: Desterro, Lages, Laguna, São Francisco e São José. As outras duas meninas estavam vestidas da mesma forma, porém uma representava o "Amor Pátrio", conduzindo uma coroa em memória dos brasileiros mortos, enquanto a outra representava o "Brasil", sustentando um estandarte<sup>74</sup>. Essa representação inicial pode ser interpretada como uma alusão à aliança nacional junto aos esforços produzidos por Santa Catarina, numa forma de demonstrar o orgulho e união dos *barriga-verde*, e o patriotismo em homenagear aqueles que perderam as vidas em defesa da nação

Ao reduzir o olhar para a esfera provincial e municipal, a simbologia por trás das festas permite ver que adquiriu espaço oficial no cotidiano catarinense de 1870. A análise de Lilia Schwarcz, embora voltada à coroação de Pedro II, pode auxiliar a compreender os como a ritualização dos eventos cívicos foi empregada em outros momentos, como nas recepções aos soldados da Guerra do Paraguai. Observando a ritualização da recepção acima, pode-se notar a presença de uma coreografia montada, aparentemente rígida, para celebrar o regresso e, principalmente, para reafirmar o poder imperial. Numa sociedade majoritariamente analfabeta e desigual, valorizar a atuação da Corte, oficiais e praças no conflito funcionava de maneira mais efetiva em um evento visual do que de forma escrita, reforçando a hierarquia durante sua exibição. Os aparatos comemorativos eram pensados para o Largo do Palácio, que se tornou o local oficial das cerimônias cívicas em Desterro, onde o poder econômico e político se concentrava e a elite desterrense residia, assistindo todas as celebrações da vista privilegiada de suas janelas e sacadas, enquanto os populares se apertavam pelas ruas<sup>75</sup>.

Ao longo do trajeto, as bandas musicais movimentavam as tropas e a população pelo centro da cidade, aquecendo ainda mais o ambiente festivo. Entre as diversas formas de aclamação, discursos e sonetos foram recitados pelas jovens meninas, que distribuíram buquês de flores em homenagem aos oficiais, demonstrando gratidão pelo serviço prestado de seus comandantes. No tocante aos soldados de baixa patente, o jornal aponta que as felicitações foram direcionadas, principalmente, aos seus oficiais, uma vez que muitos dos combatentes estavam aquartelados e internados em hospitais militares, tratando dos ferimentos e doenças. Ao destacar a coragem e a determinação dos batalhões, é possível observar um tratamento

---

<sup>74</sup> Ibidem.

<sup>75</sup> SCHWARTZ, Lilia Moritz. Op.cit., 2001, p.15-17.

desigual entre oficiais e soldados menores durante o percurso. Refletindo a hierarquia militar do período, os comandantes eram vistos como os verdadeiros heróis de guerra, tendo os seus nomes marcados na história, enquanto os praças eram tratados de forma coletiva, sendo colocados como uma massa genérica sem identidade própria.

Por fim, no dia 24 de julho, o vapor *Izabel* fundeia em Desterro, conduzindo o 54º batalhão da Bahia, sendo esta a última unidade de Voluntários da Pátria que restava no Paraguai. Às 09:00 horas do dia 28, para celebrar uma missa em ação de graças pelo regresso das tropas, o Presidente Francisco Ferreira Correia convocou diversas autoridades para celebrarem na Igreja da Matriz de São Sebastião (atual rua Bocaiúva), na Praia de Fora<sup>76</sup>. Sendo o último batalhão a pisar em solo brasileiro, a recepção se mostrou mais serena que as anteriores, visto que a maré festiva já estava diminuindo na capital catarinense e voltando a crescer, rumo à Corte e ao Nordeste.

Prevista para acontecer em 24 de maio, em comemoração ao aniversário da batalha de Tuiuti, a festa oficial foi realizada no dia 10 de julho de 1870, no Rio de Janeiro. Seguindo o cronograma de festejos na primeira metade de 1870, Kraay aponta para duas fases festivas durante as recepções aos soldados na Corte. Enquanto a primeira possuía caráter popular, (organizada por particulares e a sociedade civil), ocorrendo entre fevereiro e maio, sendo finalizada com a recepção de Conde d'Eu, a segunda era oficial, organizado pelo governo imperial<sup>77</sup>.

Sob a supervisão do ministério conservador, tiveram início as primeiras discussões sobre a construção do templo efêmero no Campo de Santana, contando com três grandes arquibancadas, estimadas em um conto de réis. Seu alto custo recebeu críticas ao tramitar pela Câmara de Deputados e Senado, que alegavam uma preocupação com o desperdício de verba pública, justo no momento em que deveriam quitar as dívidas com os veteranos de guerra. Apesar das discordâncias, o projeto recebeu ampla aprovação da base conservadora, sendo sancionada pelo monarca em 08 de julho. Nesse curto intervalo de tempo, o templo da vitória foi levantado com uma pomposa estrutura: 124 colunas dóricas sustentavam a construção, numa altura de 85 palmos, contendo 43 mil palmos quadrados de área total, suficientes para receber os milhares de espectadores esperados para a grandiosa inauguração<sup>78</sup>.

<sup>76</sup>AHMF. *Ofício de Presidente de Província*, 1870. Ofício do Presidente da Província Francisco Ferreira Correia convidando os demais membros da Câmara Municipal de Desterro a assistirem uma missa na Igreja da Matriz de São Sebastião. 27 de julho de 1870, fl. 67.

<sup>77</sup> KRAAY, Hendrik. Festa e política: o fim da Guerra do Paraguai na corte imperial. In: VARGAS, Jonas M. *Belicosas fronteiras: contribuições recentes sobre política, economia e escravidão em sociedades americanas* (século XIX). Porto Alegre: Editora Fi, 2017, p. 179-180.

<sup>78</sup> *Ibidem*, p.188-190.

Reunindo membros da família real, ministros, parlamentares da Câmara e Senado, autoridades diplomáticas e religiosas, oficiais do Exército e Marinha, e funcionários públicos, a festa contou com a mesma configuração usual para esses eventos cívicos. O pavilhão foi inaugurado com a celebração de um *te-deum*, seguido por uma parada militar da Guarda Nacional, em que as tropas marcharam até o paço militar para receber as felicitações do monarca. Assim como no templo, as fachadas de prédios públicos e particulares receberam iluminação especial, sendo ornados com flores e arcos comemorativos<sup>79</sup>. O festejo aconteceu, mas envolveu diversos contratemplos, marcados pelo esvaziamento e improvisos.

Apesar da faustosa comemoração, o debate político voltou a esquentar pela continuidade dessa “festa macarrônica”. Entre as denúncias apresentadas pela imprensa fluminense, condenava-se os elevados custos financiados pela administração central, em um momento em que as contas públicas ainda se encontram debilitadas pela guerra; a feição excludente da festa, que exigia o uso de trajes de gala, mas contou com a presença de muita gente com vestimentas inadequadas para o evento, isso quando usavam (sem paletós, com roupas rasgadas, descamisados e descalços); o custoso acesso aos ingressos, deixando muitos de fora por causa dos valores (um camarote valia 50\$000, enquanto os gerais custavam 5\$000), levou o governo a distribuir oito mil convites para incentivar a ida à cerimônia. As arquibancadas também sofreram críticas pela sua construção irregular e a falta de segurança, com risco de desabamento, embora poucas pessoas tenham ocupado o espaço (entre 200-300), assim evitando um acidente maior<sup>80</sup>.

O festejo oficial terminou na capital do Império, mas a onda festiva se deslocou para outras localidades, como observado na província do Piauí. As primeiras manifestações populares pelo término da guerra começaram em maio, levando prédios públicos a fecharem por dois dias, casas particulares a serem iluminadas por seis noites, bandas musicais e a população caminhando pelas ruas, pronunciando discursos e cantigas em sinal de gratidão. A festa adquire caráter oficial somente em finais de agosto de 1870, quando a Presidência da província e a Câmara Municipal de Teresina deram início aos preparativos para uma recepção aos veteranos piauienses, resultando em um roteiro divulgado à população, convocando sua participação nas solenidades<sup>81</sup>.

---

<sup>79</sup> RODRIGUES, Marcelo Santos. Op.cit., 2009, p. 158-161.

<sup>80</sup> Ibidem, p. 162-170.

<sup>81</sup> ARAÚJO, Johny Santana de. *Festa na província do Piauí: o retorno do corpo de Voluntários da Pátria da Guerra do Paraguai em 1870*. IHGB, Rio de Janeiro, 2020, p.215-220. Disponível em: <<https://www.ihgb.org.br/revista-eletronica/artigos-482/item/108678-festa-na-provincia-do-piaui-o-retorno-do-corpo-de-voluntarios-da-patria-da-guerra-do-paraguai.html>>. Acesso em: 12/04/2023.

Em 03 de setembro de 1870, o vapor *Piauí* se aproxima do porto de Teresina, trazendo 140 voluntários e 09 oficiais, junto do Comandante João Lustosa da Cunha. Ao desembarcar, foram recebidos com entusiasmo pelas autoridades civis e militares, seguindo até a frente do Palácio da Presidência, onde novamente foram saudados pela população local. Foi solicitado que os moradores devessem limpar e iluminar a fachada de suas casas, preparando o espaço para a marcha dos vitoriosos, enquanto os estabelecimentos comerciais deveriam fechar ao som de três tiros na praça Aquidabã, podendo reabrir apenas no dia seguinte. Nos dias em que seguiram as comemorações, as girândolas de foguetes cortavam o céu da cidade, até finalizar a programação festiva com a celebração de um *te-deum* na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Amparo<sup>82</sup>.

Para Kraay, existia um claro contraste entre os bem-sucedidos festejos populares, da chegada dos primeiros batalhões de Voluntários da Pátria e Guarda Nacional (fevereiro) até a vinda de Conde d'Eu (maio), e a fracassada festa oficial de julho de 1870. Os gastos excessivos na construção do templo e a exclusão das classes populares durante o evento serviram de munição à oposição liberal, que aproveitou da crescente onda dos debates sobre o abolicionismo e o republicanismo para evidenciar o desprezo dos conservadores com o retorno do Exército brasileiro. Destacando as dificuldades do gabinete Itaboraí em manipular o regresso no Rio de Janeiro, e mesmo com as divergências partidárias ecoando em outras províncias, as tentativas de boicote não pareceram obter sucesso nas festas de recepção em Santa Catarina, Bahia e Piauí.

Embora as recepções tenham seguido cronologias distintas, a composição festiva se assemelhava em diversos aspectos, inclusive os simbólicos. Em um momento em que se exaltava o desempenho de figuras políticas e militares envolvidas na campanha militar, milhares de soldados rasos foram silenciados durante o ciclo de homenagens. Essa exclusão refletia não apenas a lógica hierárquica do Exército, mas também a estrutura social e política do século XIX, em que aqueles que ocupavam cargos públicos representavam os interesses do Estado Imperial, detendo o poder e o monopólio da escolha a quem se dirigiria o reconhecimento público. A festa e suas múltiplas representações artísticas e arquitetônicas até poderiam ser pensadas para reverenciar todos veteranos de guerra, mas os nomes inscritos na história oficial ficaram reservados para poucos.

---

<sup>82</sup> ARAÚJO, Johny Santana de. Op.cit., 2020, p.221-223.

### CAPÍTULO 3: MONUMENTO AOS HERÓIS DA GUERRA DO PARAGUAI

Para Le Goff, a etimologia da palavra “monumento”, derivado da raiz indo-europeia *mens* (espírito), *memini* (memória) e *monere* (recordar, avisar, iluminar), já remetia as funções fundamentais dessa construção. Evocando um sinal do passado na contemporaneidade, as representações monumentais buscam perpetuar, de maneira voluntária e/ou involuntária, acontecimentos históricos ligados à memória coletiva, possibilitando manter determinadas lembranças vivas em quem os observa. Ao traçar a genealogia historiográfica das fontes históricas até a chamada “revolução documental”, o historiador critica a ideia de que os documentos escritos sejam as únicas fontes verdadeiras do passado, argumentando que outros formatos de registros humanos podem contribuir para compreender eventos históricos. Narrar a complexidade desses eventos não depende do conjunto documental que sobreviveu ao tempo, especialmente do escrito. Essa complexidade decorre do resultado das escolhas feitas pelas forças dominantes, que operaram no passado disputando a memória coletiva<sup>83</sup>.

“A especificidade do monumento prende-se então, precisamente, com o seu modo de ação sobre a memória. Não só ele a trabalha, como também a mobiliza pela medição da afetividade, de forma a recordar o passado, fazendo-o vibrar à maneira do presente. Mas, esse passado invocado e convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: foi localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que, diretamente, contribui para manter e preservar a identidade de uma comunidade, étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar. Tanto para os que o edificam, como para aqueles que dele recebem as advertências, o monumento é uma defesa contra o trauma da existência, um dispositivo de segurança”<sup>84</sup>.

Desde a entrada do Império na Guerra do Paraguai, a província catarinense manifestou de diversas maneiras seu orgulho em defender a pátria. As autoridades provinciais, como a Presidência e a Câmara Municipal de Desterro, bem como a imprensa e a população em geral, se mobilizaram para incentivar o recrutamento, abençoar seus combatentes, celebrar suas vitórias e rememorar suas perdas. A partir dos desdobramentos dentro do conflito, a capital de Santa Catarina, assim como em outras províncias, se transformou em um terreno fértil para a exibição das mais variadas expressões patrióticas, exibindo referências simbólicas através de suas ruas, praças, estátuas, pinturas e monumentos.

Disseminadas por lugares de intensa circulação de pessoas, a produção simbólica da guerra narra uma memória fabricada para seus espectadores, conforme era manipulada através das tensões partidárias e intensificada pela perspectiva militarista do século XIX. Por meio de

<sup>83</sup> LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5ª ed. São Paulo: Editora Unicamp, 2003, p.525-526.

<sup>84</sup> CHOAY, Françoise. *Alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora Unesp, 1992, p.17-18.

uma rígida seleção de fatos considerados relevantes para a população catarinense, de batalhas grandiosas à atuação de seus bravos líderes, os ícones simbólicos contam a guerra a partir do olhar dominante, reforçando o desempenho da Monarquia e do Exército enquanto instituições responsáveis pela vitória brasileira. Na tentativa de unificar a população em torno de um ideal nacionalista e legitimar o poder político das elites locais, esses espaços reúnem elementos que evocam certos momentos de comemoração coletiva e relegam muitos outros ao esquecimento.

Da década de 1870 em diante, em consequência dos esforços catarinenses no *teatro da guerra*, uma narrativa oficial se formou a partir das transformações urbanas no centro de Desterro. Propondo homenagear a memória de figuras importantes, exclusivamente vindos da oficialidade, a Câmara de Vereadores aprovou um projeto que visava condecorar três comandantes nascidos na província, tendo seus nomes marcados em ruas da região central.

“Senhores presidente e vereadores: dentre os filhos desta província que tem sucumbido na guerra que sustentam contra o governo do Paraguai contam-se três ilustres oficiais nascidos nesta cidade: o Brigadeiro Jacinto Machado Bittencourt, o Coronel Fernando Machado de Souza e o Major Joaquim da Costa Cardoso. O 1º morreu na cidade de Assunção, vítima de enfermidades adquiridas nesta mesma guerra, enfermidades que desprezou para só ouvir os impulsos de seu nobre patriotismo. O 2º investindo denotadamente a ponte de Itororó, ali teve uma morte de herói. O 3º morreu no Hospital de Humaitá, em consequência de gloriosas feridas recebidas em combate, em que ostentou a maior bravura. Desejando tributar uma justa homenagem à memória destes três ilustres bravos, e que esta cidade possa sempre recordar seus nomes gloriosos, ofereço a seguinte proposta:

- 1- Que a rua da Imperatriz, aonde existe a casa em que habitou o Brigadeiro Jacinto Machado Bittencourt, seja de d’ora em diante denominada Rua do Brigadeiro Bittencourt.
- 2- Que a rua do Vigário, aonde existe a casa que foi da família do Coronel Fernando Machado de Souza, e em que ele mora, se denomina d’ora em diante a Rua do Coronel Fernando Machado.
- 3- Que a rua do Morro, onde existe a casa do Major Joaquim da Costa Cardoso, e em que mora sua viúva e filhos, a denomine d’ora em diante a Rua do Major Costa”<sup>85</sup>.

Além das vias referidas acima, vale destacar outros homenageados locais. Álvaro de Carvalho (1829-1865) integrou as fileiras da Companhia de Aprendizes-Marinheiros de Santa Catarina em 1862 e comandou o vapor *Ipiranga* na batalha do Riachuelo, de junho de 1865, mas se destacou pela sua carreira na dramaturgia, com a peça teatral *O Pescador*. Vítima da febre tifoide, sua contribuição artística e militar foi interrompida em fevereiro de 1865, mas retribuída pelo governo estadual em 1894, que deu seu nome ao então Teatro Santa Isabel, inaugurado em 1875, no centro da capital, assim como uma rua em sua homenagem no

---

<sup>85</sup> AHMF. *Fundo da Câmara Municipal de Desterro*. Proposta da Câmara Municipal de Desterro para a mudança dos nomes de ruas em homenagem aos oficiais catarinenses da guerra. 02 de agosto de 1869, fl. 1.

mesmo período. Já o Marechal Guilherme Xavier de Souza (1818-1870), nomeado Presidente da província do Rio Grande do Sul em 1868, substituiu Caxias no comando das tropas brasileiras até a chegada de d’Eu como novo comandante do Exército. Com sua esposa, Clara Angélica Xavier Fagundes, não tiveram filhos, mas foram senhores do pequeno João Cruz e Sousa, considerado filho de criação do casal e que mais tarde se tornaria um nome precursor do simbolismo brasileiro. Foi dispensado em maio de 1869, falecendo na capital catarinense em dezembro de 1870, onde atualmente há uma rua levando seu nome, Marechal Guilherme. É difícil precisar uma data, mas a partir de mapas históricos de Florianópolis, é possível apontar que a homenagem provavelmente ocorreu no segundo quartel do século XX. Próximo da rua em que sua família vivia, a memória de Fernando Machado foi novamente lembrada através de uma praça e estátua inauguradas em 1917, no coração histórico de Florianópolis, onde ficava o antigo Mercado Público e o Miramar<sup>86</sup>. Dessa forma, a presença de variados espaços de rememoração coletiva sugere que as repercussões da Guerra do Paraguai em Santa Catarina continuaram após sua conclusão, seguindo diferentes momentos da história.

Tabela 1 – Lista de espaços que homenageiam os oficiais da Guerra do Paraguai.

<b>Nomes antigos</b>	<b>Nomes atuais</b>
Rua da Tronqueira	Rua General Bittencourt
Rua do Vigário	Rua Fernando Machado
Rua do Morro	Rua Major Costa
Rua do Rosário	Rua Marechal Guilherme
Rua da Palma (até 1874)	Rua Álvaro de Carvalho
Antigo Mercado Público/Miramar	Praça e estátua Fernando Machado

Fonte<sup>87</sup>.

O levantamento do nome das ruas e praças que enaltecem a bravura e a grandeza dos militares catarinenses não levaram em consideração todas as experiências dos combatentes enviados ao Paraguai. Argumentando sobre o tratamento desigual entre oficiais e soldados menores enquanto heróis de guerra, Cabral aponta que as ações heroicas eram medidas pelo resultado de suas atitudes durante a campanha. Para além do cumprimento básico do dever até

<sup>86</sup> PIAZZA, Walter Fernando. *Santa Catarina: sua história*. Florianópolis: Editora UFSC, Editora Lunardelli, 1983, p.456-460.

<sup>87</sup> Datas estimadas com base nos mapas disponíveis no GeoPortal da Prefeitura de Florianópolis. Disponível em: <<https://geo.pmf.sc.gov.br/downloads/mapas-historicos-do-municipio-de-florianopolis->>. Acesso em: 27 de junho de 2023; AHMF. *Fundo da Câmara Municipal de Desterro*. Proposta da Câmara Municipal de Desterro para a mudança dos nomes de ruas em homenagem aos oficiais catarinenses da guerra. 02 de agosto de 1869, fl. 1.

seu limite, a morte concedia a glória eterna e permitia a entrada no panteão, mesmo que essa mortalha do reconhecimento não estivesse ofertada para qualquer um vesti-la. Reforçando a dificuldade em adentrar pelas estreitas e pesadas portas da vitória, privilégio para poucos que se sacrificaram, a história não caminha ao lado de todos os envolvidos no conflito, colocando muitos na rota do anonimato<sup>88</sup>. Embora o autor sinalize que esse modelo de herói cultuado tenha se modificado para valorizar o combatente desconhecido, buscando corrigir as injustiças com aqueles que se sacrificaram pela causa nacional, o silenciamento de suas identidades se tornou um traço característico na materialização dos triunfos da guerra.

A segunda metade do século XIX foi marcada por diversas transformações urbanas em Desterro, incentivados, principalmente, pelas visitas do Imperador à capital. Desejando tornar a cidade mais atrativa aos olhos dos visitantes, novos empreendimentos pretendiam reformar a infraestrutura urbana e embelezar a região central, destacando o aformoseamento do Largo do Palácio, de 1875. Ao aperfeiçoar a entrada principal do município e a frente de todo o largo da municipalidade, foi encomendado um monumento em homenagem aos oficiais catarinenses mortos da Guerra do Paraguai, durante a gestão do Presidente da província João Tomé da Silva. Nas palavras do jornal *O Conservador*, a construção tinha a finalidade de “perpetuar a memória e patriotismo dos Voluntários desta província que seguiram a tomar parte na guerra contra o Paraguai. (...) e que sirva ao mesmo tempo de depósito à gloriosa bandeira do valoroso batalhão n.25”<sup>89</sup>.

Em ofício expedido pela Presidência para a Câmara Municipal, os vereadores foram convidados para assistirem ao lançamento da primeira pedra do monumento para o dia 16 de abril de 1875, por volta das 17:00 horas<sup>90</sup>. No projeto original, idealizado pelos engenheiros Carlos Othon Schappol e Pedro Luiz Taulois, a construção deveria alcançar 25 metros de altura, contendo um orçamento estimado em onze contos de réis, quantia considerável para a época, principalmente para o contexto do pós-guerra. Para auxiliar o financiamento do monumento, uma comissão foi criada com o objetivo de angariar contribuições particulares junto aos cidadãos da capital, diminuindo o ônus nos cofres públicos da província. O jornal *O Despertador* divulgou uma extensa lista de moradores e seus respectivos valores doados para a construção da coluna comemorativa, com quantias que variavam entre quinhentos e cinco

<sup>88</sup> CABRAL, Oswaldo. *Nossa Senhora do Desterro- memória, vol. II*. Florianópolis, 1972, p. 209- 210.

<sup>89</sup> MONUMENTO. *Jornal O Conservador*, Desterro, 24/03/1875. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=767050&pesq=pra%C3%A7a%20XV%20volunt%C3%A1rios&pasta=ano%20187&hf=memoria.bn.br&pagfis=503>. Acesso em: 03/06/2022.

<sup>90</sup> AHMF. *Ofício de Presidente de Província*, 1875. Ofício da Presidência da Província convidando os vereadores para o lançamento da primeira pedra do monumento. 13 de abril de 1875, fl. 19.

contos de réis<sup>91</sup>. O envolvimento popular com o projeto inaugural logo cedeu espaço para os problemas com a falta de recursos, principalmente financeiros, forçando sua interrupção na fase inicial da edificação, o pedestal.

“O embasamento é o que ainda existe, ao qual se chama hoje de “coluna” comemorativa dos heróis da guerra do Paraguai, embora a coluna mesma, nunca tivesse sido erguida sobre a única parte executada do “risco”, isto é, o seu pedestal. Destinava-se tal embasamento não só a receber a citada coluna, que teria como remate um relicário envidraçado, onde seria guardada a bandeira gloriosa do 25º Corpo de Voluntários da Pátria, composto de moços catarinenses, como também quatro lápides de mármore, uma em cada face, contendo, a primeira, a dedicatória do monumento; e as demais; os nomes dos heróis”<sup>92</sup>.

Após João Tomé da Silva deixar a Presidência sem ter concluído o monumento que o mesmo havia mandado erguer, a nova administração de Alfredo d’Escragnolle Taunay, militar atuante na Guerra do Paraguai, tomou para si a tarefa de finalizar a construção, que já se arrastava havia mais de um ano. Demonstrando preocupação com o estado em que se encontrava o principal largo da cidade, que havia se tornado um enorme canteiro de obras, o jornal *O Despertador* denuncia que “para todos os estrangeiros e viajantes que aportam a esta localidade causa estranheza e pouco lisonjeira curiosidade”. Sem considerar o projeto inicial de arquitetura monumental, era necessário concluir a obra dentro dos modestos limites orçamentários, restando à população local o desejo de idolatrar a memória de seus militares<sup>93</sup>.

Previendo a impossibilidade de o monumento alcançar a dimensão inicial, Taunay ordena seu término. Em correspondência trocada com o Ministério da Guerra, o Presidente solicita ao diretor do Arsenal de Guerra da Corte bolas de canhão de dez polegadas cada para compor uma pirâmide quadrangular no topo do monumento, cuja base deverá ter dois metros e noventa centímetros de lado, acompanhando também de uma espécie de “chaleira” de ferro batido e uma haste para içar a bandeira nacional em datas especiais (Figura 2)<sup>94</sup>. Três meses depois, em outra correspondência com o Ministério, é solicitado o reaproveitamento de lajes brancas das plataformas da Fortaleza de Santa Cruz para colocá-las em torno do

---

<sup>91</sup> DIVERSAS OCORRÊNCIAS. Jornal *O Despertador*, Desterro, 15/06/1875. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709581&pesq=monumento%20p%C3%A1tria&pasta=ano%20187&hf=memoria.bn.br&pagfis=4974>>. Acesso em: 25/08/2022.

<sup>92</sup> CABRAL, Oswaldo. *Nossa Senhora do Desterro- notícia*, vol. I. Florianópolis, 1971, p.93.

<sup>93</sup> MONUMENTO COMEMORATIVO. Jornal *O Despertador*, Desterro, 15/09/1876. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709581&pesq=monumento&pasta=ano%20187&hf=memoria.bn.br&pagfis=5476>>. Acesso em: 25/08/2022.

<sup>94</sup> APESC. *Correspondência do Ministério da Guerra*, 1876. [Correspondência para o Presidente da Província Alfredo d’Escragnolle Taunay sobre a construção do monumento]. 29 de agosto de 1876, folha 37.

monumento<sup>95</sup>. Às vésperas do Natal, chegaram da Corte as placas de mármore vermelho, duas delas quebradas e com inscrições em latim, enquanto as outras aguardavam receber novas epígrafes de um marmorista local<sup>96</sup>.

Figura 2- Face norte do monumento aos heróis da Guerra do Paraguai.



Fonte: IBGE. **Monumento em Honra aos Heróis Mortos na Guerra do Paraguai**. Palácio do Governo: Florianópolis/SC. Fotografia sem citação de autor, 19(?). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=441158>. Acesso em: 10/07/2023.

A fotografia acima (Figura 2) exhibe a face norte do monumento em honra aos oficiais catarinenses mortos da Guerra do Paraguai. Enquanto as laterais leste, sul e oeste enumeram uma série de nomes e patentes militares dos sujeitos do Exército e da Marinha que

<sup>95</sup> APESC. *Correspondência do Ministério da Guerra*, 1876. [Correspondência para o Presidente da Província Alfredo d'Escragnoille Taunay sobre o reaproveitamento de materiais para a finalização da construção]. 28 de novembro de 1876, folha 150/verso.

<sup>96</sup> MONUMENTO COMEMORATIVO. *Jornal O Despertador*, 22/12/1876. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709581&pesq=monumento%20Taunay&pasta=ano%20187&hf=memoria.bn.br&pagfis=5586>. Acesso em: 25/08/2022.

sucumbiram no conflito, na face norte da construção é possível visualizar o seguinte registro: “Este singelo monumento foi erigido pelo patriotismo dos catarinenses em comemoração da gloriosa campanha do Paraguai na qual muitos filhos de sua província pagaram ao Brasil o tributo da vida = Reinado S.M. O Imperador Dom Pedro II foi começado na Presidência do Exmo. Dr. João Thomé da Silva e concluído na do Exmo. Dr. Alfredo D’Escragnolle Taunay, ano de 1876”.

Logo nos primeiros dias de janeiro de 1877, depois de quase dois anos de obras, o monumento finalmente foi inaugurado, mas reduzido a pouco mais de dez metros de altura. Durante a solenidade, compareceram autoridades municipais e provinciais, o 17º batalhão de Infantaria e a população, conjunto que presenciou o discurso oficial do Presidente Taunay e celebrou a participação e o patriotismo catarinense no campo de batalha, entranhado na concepção da coluna comemorativa.

“Glória catarinense! Padrão dos feitos dos nossos heróis, eu te saúdo! Testemunho glorioso do passado, tesouro das maiores lembranças de um povo que grato, e reconhecido liga à posteridade o nome de seus irmãos! Eu te saúdo!

Intrépidos guerreiros, Fernando Machado, Bittencourt, Xavier de Souza, Álvaro, Ignácio da Silveira, Soares, Gouvêa, Silveira da Veiga, Bastos, João Baptista, Rodolpho e tantos outros que levastes, cobertos de louros, o nome catarinense até o estrangeiro, aqui a Vossa Glória! Não tão grande monumento, não tão alta gratidão, porém quanto podem as forças da província.

Nos nossos corações está bem viva a lembrança do vosso heroísmo. Quando, heróis arrebatados no santo amor da pátria sentireis o entusiasmo que era a chama ardente do vosso patriotismo, e bradava o estrangeiro: quão grande é o Brasil!”<sup>97</sup>.

Durante o discurso, é ressaltada a gratidão do povo catarinense pelas ações desempenhadas pelos heróis mencionados acima, glorificados com todas as honrarias possíveis, enquanto centenas de outros praças permaneciam esquecidos. Entre marechal, brigadeiro, coronéis, majores, capitães, tenentes e alferes, as quatro faces do monumento estavam preenchidas pelas maiores patentes do Exército e da Marinha, e mesmo que o povo desterrense se recordasse de seus amigos e familiares se voluntariando, partindo e regressando da guerra, a inauguração do monumento comemorativo estava envolvida numa série de equívocos ao não referenciar os voluntários, guardas e estrangeiros desta província.

Na ânsia de entregar a obra, o jornal liberal *A Regeneração* aproveita do momento festivo para denunciar as chamadas “inverdades históricas” cometidas pelo governo de Taunay. Propondo homenagear os oficiais catarinenses falecidos em combate, as quatro paredes do monumento apresentavam pequenos equívocos: citava o nome do general

---

<sup>97</sup> Discurso completo em: BOITEUX, Lucas Alexandre. *A província de Santa Catarina nas guerras do Uruguai e do Paraguai*. Florianópolis: Editora UFSC, 1972, p.153-154.

Guilherme Xavier de Souza como uma vítima no Paraguai, mas que havia falecido ao retornar a Desterro, em 1870; ao invés de citar o marinheiro João Maria da Silva, mencionava seu irmão e funcionário do Correios da Corte, João José Coutinho; por fim, em vez de mencionar Dominhos M. Stuart, está no nome de seu irmão João Manoel Stuart, que nem ao menos era voluntário<sup>98</sup>.

Situação semelhante aos problemas que cercaram a construção do monumento em Desterro, ocorreu no Rio de Janeiro. Foi erguida uma verdadeira coluna comemorativa em memória aos envolvidos da guerra, logo após a celebração oficial pelo regresso, em julho de 1870. Apesar de ser entregue sete anos antes, o empreendimento oficial também envolveu uma série de controvérsias desde sua concepção. O projeto inicial previa o erguimento de uma estátua equestre do Imperador Pedro II, fundido com o bronze dos canhões paraguaios apreendidos na guerra, mas a ideia não seguiu em frente pelo não consentimento do próprio homenageado, sendo substituído por outra ornamentação alegórica. Devido a recusa do monarca, deu-se início a construção de uma Estátua da Paz, permanecendo o valor de trinta contos de réis, que se erguia no Campo de Santana, local escolhido pelo governo imperial para encenar o espetáculo comemorativo diante da população curiosa<sup>99</sup>.

A região em torno do Campo foi ricamente adornada para receber a construção e a imediata celebração: entre muitos arcos pequenos ligados entre si, destacam-se quatro arcos maiores que decoravam o pórtico principal, medindo oito metros de altura e cinco metros de largura, ornado por centenas de bandeiras e luzes. Sob um pedestal dórico romano, se lia “A invicta armada” à direita e “Ao valente exército” à esquerda, sustentando uma alegoria à paz, de três metros de altura, segurando um ramo de oliveira (mão direita) e um archote (mão esquerda), acompanhado de dois obeliscos embandeirados. Em cada obelisco ostentava-se retratos de personalidades influentes na guerra: na direita, contava com Pedro II, Conde d’Eu e Marquês de Herval (Manuel Luís Osório), enquanto na esquerda estampava as de Duque de Caxias, Visconde de Santa Tereza (Polidoro Jordão) e Visconde de Pelotas (José Antônio Correia da Câmara)<sup>100</sup>.

Em ambas as inaugurações, seja do Rio de Janeiro (1870) ou de Santa Catarina (1877), destaca-se a baixa representatividade dos soldados de baixa patente. Enquanto estes são tratados com pouca ou nenhuma distinção, sendo definidos como batalhões sem identidade,

<sup>98</sup> NOTICIÁRIO. Jornal *A Regeneração*, Desterro, 01/02/1877. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709603&pesq=monumento&pasta=ano%20187&hf=memoria.bn.br&pagfis=2369>>. Acesso em: 25/08/2022.

<sup>99</sup> RODRIGUES, Marcelo Santos. Op.cit., 2009, p.150-151.

<sup>100</sup> Ibidem. p.152-153.

silenciosos e perigosos para a estabilidade política e militar, os grandes homenageados ganhavam sonetos, discursos, poesias e todo tipo de homenagem, tendo seus nomes e rostos marcados para a posteridade. Embora a Presidência catarinense tenha citado a importância da participação dos voluntários, Cabral questiona sobre a falta de cuidado com os registros desses sujeitos, ao mesmo tempo em que existe uma relação extensa acerca dos oficiais, seus respectivos batalhões e maiores informações a respeito do regresso e/ou falecimento. O historiador, mesmo concordando com a dificuldade logística em inscrever as centenas de nomes (se fosse para registrar cada recrutado/voluntário), expõe um esquecimento comum das autoridades civis e militares em documentar suas trajetórias, desde a ida até o seu retorno<sup>101</sup>.

Imortalizando nomes e trajetórias de combatentes na história, um dos monumentos mais antigos da cidade de Florianópolis, apesar de inacabado, monopoliza e legitima uma forma de contar a participação de Santa Catarina na Guerra do Paraguai. De bravos cidadãos, filhos, pais e maridos, levados pelo sentimento patriótico mais verdadeiro para enfrentar um inimigo externo, quando retornam do *teatro da guerra* recebem a glória eterna, tratados como verdadeiros mártires. Essa tradicional narrativa esconde a violência no recrutamento voluntário e involuntário, os horrores vistos no campo de batalha, o desleixo do governo em acatar com suas dívidas, as festas de recepção e demais homenagens desmoralizadas. Dito isso, embora esses monumentos carreguem o espírito dos milhares de Voluntários da Pátria em seu interior, sua memória continua reservada para beneficiar suas classes dominantes.

Enquanto uma possibilidade de observar um fragmento do passado perdido pelas transformações históricas no tempo presente, o monumento em homenagem aos mortos da Guerra do Paraguai nos permite compreender diferentes aspectos da sociedade catarinense a partir da trajetória desses sujeitos excluídos. Numa tentativa de considerar não apenas os heróis militares, descortinar a historiografia do conflito de seu manto exclusivamente militarista oportuniza que as experiências destes soldados menores ultrapassem as fronteiras da narrativa oficial.

---

<sup>101</sup> CABRAL, Oswaldo. *Nossa Senhora do Desterro- memória- II*. Florianópolis, 1972, p.234-235.

Figura 3- Face norte do monumento aos heróis catarinenses mortos da Guerra do Paraguai.



Fonte: Foto do autor.

Apesar de sua importância cultural e histórica para o município de Florianópolis, atualmente o monumento manifesta a dura passagem do tempo em suas quatro paredes, já muito degradado e desprezado por quem transita pela atual praça XV de novembro. Se antes servia de ponto de encontro para a população, se destacando na paisagem urbana com outras construções emblemáticas vizinhas, hoje em dia, após quase 150 anos de sua inauguração, se encontra engolido pelo rápido avanço da modernidade. Um leque variado de pontos turísticos no centro histórico, como a Catedral Metropolitana, o Palácio Cruz e Sousa, o Miramar, a Figueira, o Museu de Florianópolis ou a enorme quantidade de bares na porção centro/leste, disputam a atenção do público com o ícone monumental, que recebeu quatro bustos de figuras catarinenses em seu entorno durante a primeira metade do século XX, como Cruz e Sousa, Jerônimo Coelho, José Boiteux e Victor Meirelles.

## CONCLUSÃO

Cinquenta anos antes dos acontecimentos na Guerra do Paraguai, a batalha de Waterloo (atual Bélgica), ocorrida em 18 de junho de 1815, foi um evento significativo para a história europeia, travado entre o exército francês de Napoleão Bonaparte e os exércitos britânico e prussiano, comandados, respectivamente, por Duque de Wellington e Gebhard Leberecht von Blücher. Essencial para o fim da era napoleônica, o confronto militar foi marcado pela participação de numerosos corpos de soldados, como o 51º batalhão da Infantaria Britânica, entre os quais estava o soldado William Wheeler, autor de diversas cartas para sua esposa, descrevendo seu difícil e violento cotidiano. Apesar da narrativa oficial condecorar os esforços de guerra de Wellington e outros comandantes, a historiografia mais recente assume o papel de explorar novas experiências históricas, trazendo as perspectivas do soldado Wheeler e outras pessoas “comuns” para o debate historiográfico. Jim Sharpe argumenta que, tradicionalmente, a História tem sido escrita a partir do ponto de vista dos “de cima”, no entanto, o acesso a uma variedade de fontes, metodologias e temáticas históricas permitiu reconstruir trajetórias silenciadas pelo tempo, trazendo uma abordagem “vista de baixo” para a escrita histórica<sup>102</sup>.

Na segunda metade do século XIX, embora afastada dos grandes centros políticos e econômicos do Império, a província de Santa Catarina testemunhou uma série de eventos cívicos significativos que mobilizaram sua população na capital, Nossa Senhora do Desterro (atual Florianópolis). Essas celebrações ocorriam em datas comemorativas importantes, muitas delas previstas no calendário festivo imperial, divididas em caráter cívico, popular ou sagrado. As festividades abrangiam tanto eventos de âmbito nacional, como o dia do Fico, da Independência do Brasil, o Carnaval, a Semana Santa, Corpus Christi e os natalícios reais, quanto celebrações de âmbito regional, relacionadas às visitas régias de Pedro II à capital catarinense em 1845 e 1865, e à Guerra do Paraguai.

Certamente, não era surpresa que a cidade de Desterro vivesse imersa numa atmosfera festiva durante essas cerimônias. Mesmo em meio ao iminente conflito, os festejos se uniam aos discursos nacionalistas e os gritos de entusiasmo serviam de trilha sonora para o recrutamento, à medida em que o ambiente gradualmente se militarizou para recepcionar as embarcações e tropas militares antes de seu deslocamento para o *teatro da guerra*. Nessas ocasiões, as autoridades provinciais encontraram uma oportunidade para reafirmar a importância de Santa Catarina no cenário nacional. Unindo o povo em torno dos sentimentos

---

<sup>102</sup> SHARPE, Jim. A História vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 1992. Cap. 1. p. 39-42.

patrióticos, incentivaram ativamente sua participação na construção da identidade local e no esforço coletivo em defesa da pátria. Essas celebrações não apenas fortaleciam o sentimento de pertencimento dos catarinenses, mas também destacam o papel fundamental que a província desempenhava na cena nacional. Dessa forma, a população desterrense demonstrava seu compromisso com o país, mantendo vivo o espírito do patriotismo e da união.

Após a conclusão oficial da guerra em março de 1870, os ex-combatentes enfrentaram uma nova batalha, a do reconhecimento. Durante o período de festas e homenagens pelo regresso, surgiram desconfianças e disputas partidárias entre autoridades conservadoras quanto à possibilidade dessas celebrações fortalecerem politicamente o Exército. Diante disso, tornou-se necessário desmobilizar rapidamente as tropas para evitar possíveis desordens, com ordens de desarmamento e retorno às suas respectivas províncias. As festas de recepção aos veteranos se tornaram uma forma de celebrar e homenagear a vitória no conflito, sendo organizadas tanto pelo governo central quanto pelos poderes regionais. Além de comemorar o retorno dos heróis, as elites governantes tinham outras pretensões por trás dessas festividades, buscando formular uma versão oficial da história da guerra, selecionando episódios específicos que deveriam ser lembrados constantemente<sup>103</sup>.

As festas cívicas realizadas em Santa Catarina, durante o primeiro semestre de 1870, em honra aos soldados da Guerra do Paraguai, apresentaram uma faceta distinta do pós-guerra em nível nacional. Embora as celebrações tenham seguido um modelo ritualístico semelhante ao de outras regiões do país, o que se destacava era o caloroso acolhimento e reconhecimento por parte da população e das autoridades civis, militares e religiosas, enquanto o clima de incerteza permeava as províncias vizinhas.

Apesar da quantidade de batalhões circulando pela capital catarinense entre os meses de fevereiro e julho, os festejos não acompanharam a grandiosidade encontrada em recepções praticadas em outras localidades, mas a emoção expressada pelo povo compensava a diferença. As comemorações logo iniciavam no momento da aparição dos vapores, agitando os cidadãos de Desterro, que se reuniam rapidamente nos arredores do Largo do Palácio para acompanhar o desembarque e a marcha militar pelas ruas do centro da cidade. A partir do cortejo, inclui-se uma série de discursos oficiais, celebrações de *te deuns*, bandas militares, lançamento de foguetes, prédios públicos e particulares recebendo iluminação especial, arcos comemorativos erguidos, casas embandeiradas e sacadas adornadas com colchas, tudo contribuindo para que o ambiente festivo demonstrasse a gratidão pela vitória alcançada.

---

<sup>103</sup> RODRIGUES, Marcelo Santos. Op.cit., 2009, p. 175-176.

O “*teatro da guerra*”, termo utilizado pela imprensa brasileira para designar o campo de batalha, carrega um significado simbólico durante esse período de homenagens presentes nas festas de recepção. Ao comparar a guerra com uma peça teatral, os jornais produziam um retrato dramático e impactante dos acontecimentos ocorridos no conflito, acentuando as conquistas e as dores dos envolvidos na campanha militar. Embora as festas fossem pensadas e executadas para celebrar o retorno dos batalhões, as reverências variavam de acordo com a estrutura hierárquica militar. Os oficiais de alto escalão recebiam maior visibilidade, sendo tratados como heróis e admirados pela massa de espectadores. Nomes como o Coronel Fernando Machado, Brigadeiro Jacinto Machado Bittencourt, Marechal Guilherme Xavier de Souza, Major Joaquim da Costa Cardoso, e outros de Santa Catarina, somados ao do Coronel Faria Rocha na Bahia, o Comandante João Lustosa da Cunha no Piauí, o Imperador Pedro II, Conde d’Eu e Marquês de Caxias no Rio de Janeiro, eram exaltados como símbolos de coragem, liderança e perseverança na guerra. Essas figuras ocupavam um lugar central, encarnando o ideal de heroísmo e o sentimento nacionalista, que eram inflamados para garantir seu protagonismo durante essas encenações. Em contrapartida, os soldados de baixa patente também recebiam as devidas saudações, mas não na mesma proporção, forçando o silenciamento desses indivíduos dentro da narrativa oficial, colocados como figurantes durante os festejos.

A partir do segundo semestre de 1870, é observada uma diminuição gradativa no ciclo de recepções na capital catarinense, à medida que os batalhões remanescentes de Voluntários da Pátria já haviam regressado e realizado suas paradas estratégicas na região, visando o descanso do contingente militar e abastecimento dos vapores. No entanto, vale ressaltar que o legado das festividades cívicas permaneceu vivo na memória coletiva da população. Uma maneira de continuar com as homenagens aos veteranos é manter vivas suas lembranças através da materialização, seja por meio de estátuas, monumentos, praças ou ruas, buscando perpetuá-las em seu tempo e transmiti-las às gerações futuras. Uma série de manifestações artísticas e arquitetônicas deram continuidade a uma tradição já vista nas festas, consagrando a atuação dos militares e cimentando suas realizações para o futuro. No Rio de Janeiro, por exemplo, foram erguidos monumentos em homenagem a General Osório — que também recebeu estátua, praça e município de mesmo nome no Rio Grande do Sul —, à Retirada da Laguna e do Combate de Dourados, além do antigo Templo da Vitória. Na Bahia, uma praça e coluna comemorativa referenciam a Batalha de Riachuelo. Já em São Paulo, encontram-se monumentos em honra a Duque de Caxias e Almirante Tamandaré.

O final da guerra também foi marcado pela construção de uma memória patriótica. Era o momento de refletir sobre como a história do conflito deveria ser contada: qual a linguagem seria utilizada, qual a seleção de episódios a serem comemorados e os que seriam esquecidos, a exaltação de certos sujeitos históricos e a ocultação de outros. Essa seleção de feitos e figuras, consideradas representativas para a época, tinha o objetivo de fortalecer os valores patrióticos, enaltecer a coragem e o heroísmo dos combatentes, fortalecer e glorificar a nação. Contudo, essa construção também implicava em silenciamentos, não reconhecendo as contribuições de grupos marginalizados na batalha. Em Santa Catarina, a construção de um conjunto monumental refletiu o projeto de monumentalização presente no centro da capital, que transformava o espaço urbano em um local de culto à guerra, tendo como ícone arquitetônico mais representativo o monumento em homenagem aos catarinenses mortos no Paraguai (1877). Servindo de ponto de referência e recordação dos momentos mais árduos do conflito, a população local podia valorizar o sacrifício de seus conterrâneos em prol da pátria, ajudando a exaltar a participação dos “*barrigas-verdes*” no campo de batalha. Desse modo, as classes dominantes aproveitaram esses espaços de rememoração coletiva, deixando a memória sob controle do Estado, fabricando uma forma única e legítima de narrar o evento, portanto, retratando a dinâmica política e social do período<sup>104</sup>.

Com o fim da Guerra do Paraguai, o retorno dos soldados rasos ao Brasil revelou uma dura realidade que contrastava com o entusiasmo inicial. Segundo Goyena Soares, o processo do regresso pode ser dividido em dois momentos: a expectativa e a frustração. Inicialmente, os combatentes acreditavam que a guerra seria de curta duração, sendo motivados por uma série de gratificações presentes no decreto imperial que estabeleceu os corpos de Voluntários da Pátria, em 1865. Milhares de civis se apresentaram em prol do patriotismo e com a esperança de uma possível ascensão socioeconômica. Ao deixarem suas famílias para trás e se aventurarem em solo estrangeiro, a maioria pela primeira vez, carregavam consigo a expectativa do retorno à sua terra natal. No entanto, ao regressarem, depararam-se com um tratamento que frustrou com sua esperança, enfrentando dificuldades para obter os benefícios prometidos pelo governo imperial, como o soldo, pensões, terras e cargos públicos. Após desembarcarem em suas respectivas províncias, parte dos soldados mostraram relutância em se deslocar para as colônias militares, considerando-as mais inóspitas que o terreno pantanoso do Paraguai em que haviam lutado. De acordo com o autor, aproximadamente 69% das terras concedidas pelo Ministério da Guerra estavam localizadas nas regiões Sul e Sudeste, contra

---

<sup>104</sup> LOHN, Reinaldo Lindolfo, Op.cit., 2001, p. 197-200.

8% na região Norte e parte do Nordeste. O completo estado de abandono, com a falta de profissionais, estradas e mobilidade fluvial, contribuiu para que muitos optassem por residir nas áreas urbanas, onde havia maiores oportunidades e acesso a serviços básicos. Em relação a outras recompensas, um novo fardo. A ausência de registros dificultava a fiscalização dos pagamentos feitos às tropas e aos soldados que já haviam retornado individualmente enquanto a guerra se desenrolava, a concessão de pensões para os feridos, mutilados e familiares, bem como nas promoções de patentes militares e empregos públicos, privilegiando o oficialato e seus agregados<sup>105</sup>.

A década de 1870 nasce sob grandes festejos públicos em comemoração ao término da guerra. No entanto, em meio a esse clima festivo, os voluntários encontraram-se em um estado de completo desamparo nos meses seguintes, o que influenciou diretamente nas decisões que tomariam para o futuro. Em Santa Catarina, muitos retornaram ao convívio de suas famílias, buscando a tranquilidade que tanto almejavam nos últimos anos, enquanto outros decidiram procurar novas oportunidades em províncias e países vizinhos, acompanhados de suas esposas e filhos na esperança de recomeçar suas vidas. Para os soldados do 25º batalhão catarinense que optaram em permanecer no estado, tiveram que persistir e fazer solicitações ao longo dos meses para receber o soldo obrigatório de 300\$000 réis, como evidenciado pelas 21 petições recebidas pelo Ministério em setembro de 1876, vindos de residentes da colônia Blumenau<sup>106</sup>.

Compreender a mobilização militar de imigrantes alemães, o recrutamento forçado de escravizados, a politização das Forças Armadas, a assistência médica, as súplicas pelos pagamentos, a monumentalização da guerra na primeira metade do século XX, entre outros, nos permite explorar as múltiplas facetas do pós-guerra, essenciais para visualizar, de forma ampla, os efeitos sociais da campanha militar. Na busca de reestruturar a narrativa oficial, preencher lacunas existentes da Guerra do Paraguai a partir de uma perspectiva “vista de baixo” ainda é uma tarefa desafiadora. A escassez de registros históricos escritos por praças direciona a análise para documentos provenientes do aparelho militar, moldados pela cultura elitista do século XIX. Apesar disso, essas fontes históricas ainda podem fornecer valiosas informações que compõem as diversas trajetórias enfrentadas por esses indivíduos após a conclusão da guerra. Portanto, trazer à tona as experiências vividas por voluntários, guardas,

<sup>105</sup> SOARES, Rodrigo Goyena. *Expectativa e Frustração: história dos veteranos da Guerra do Paraguai*. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 07/2014, p.25-36. Disponível em: <<http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/12013>>. Acesso em: 25/08/2022.

<sup>106</sup> APESC. *Correspondência do Ministério da Guerra*, 1870. Correspondência para a Presidência da Província sobre o pedido de pagamento do prêmio aos ex-voluntários. 30 de setembro de 1876, vol.43

estrangeiros e escravizados de Santa Catarina se torna indissociável das perspectivas de seus superiores, civis e militares. Reunir sujeitos como Fernando Gomes Caldeira de Andrade, filho de coronel e primeiro voluntário a se oferecer em Desterro, José Elisiario da Silva Quintanilha, voluntário que renunciou a suas gratificações em nome do patriotismo, os guardas João Simão Alves e Celestino Machado, desertores que embarcaram em um vapor ancorado no porto da capital em abril de 1865, e os escravizados Guilherme e Amancio, libertados por seus senhores para servirem como substitutos na batalha, requer, à primeira vista, considerar o olhar dos estratos mais elevados da sociedade brasileira e catarinense, como a Corte, o governo provincial, as repartições públicas e a imprensa política<sup>107</sup>.

Para finalizar, as festas cívicas de recepção aos soldados da Guerra do Paraguai em Santa Catarina, em 1870, e a construção do monumento em homenagem aos catarinenses mortos no conflito, em 1877, nos levam a questionar as escolhas historiográficas do passado, permitindo ampliar nossa compreensão sobre o evento histórico na atualidade. É fundamental superar com a narrativa centrada em heróis militares para considerar novos pontos de vista, como o dos praças, familiares e sociedade civil, a fim de obter uma visão mais abrangente do campo de batalha. A partir da abordagem apresentada por Sharpe, ao mencionar as ações do soldado Wheeler em Waterloo, se considerarmos as diferentes dimensões da campanha, podemos enriquecer nosso entendimento sobre a guerra, removendo a farda da historiografia oficial e criando uma narrativa mais complexa e diversificada, refletindo as diferentes vozes envolvidas.

---

<sup>107</sup> WEGNER, Felipe Henrique. Op.cit., 2010, Cap.3.

## FONTES

### **Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis (AHMF)**

Registro de Correspondência, 1861-1872

Registro de Correspondência, 1867-1869

Registro de Correspondência, 1869-1879

Ofício de Presidente de Província, 1870

Ofício de Presidente de Província, 1875

Fundo da Câmara Municipal de Desterro. Proposta dos vereadores para o festejo pela chegada dos Voluntários da Pátria. 16 de fevereiro de 1870, cx. 08.

Fundo da Câmara Municipal de Desterro. Proposta da Câmara Municipal de Desterro para a mudança dos nomes de ruas em homenagem aos oficiais catarinenses da guerra. 02 de agosto de 1869, folha 1, cx. 08.

### **Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC)**

Correspondência do Ministério da Guerra, 1870

Correspondência do Ministério da Guerra, 1876

Arciprestes e Vigários, 1868-1870

### **Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital**

*Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro (1841)

*O Relator Catarinense*. Santa Catarina (1845)

*O Mercantil*. Santa Catarina (1865)

*O Despertador*. Santa Catarina (1865-1876)

*Voz da Verdade*. Santa Catarina (1870)

*Correio Paulistano*. São Paulo (1870)

*A Regeneração*. Santa Catarina (1870- 1877)

*O Conservador*. Santa Catarina (1875)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Martha; VIANA, Larissa. Festas religiosas, cultura e política no império do Brasil. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *Coleção Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2009, vol. III, cap.VII, p. 233-270.
- ARAÚJO, Johny Santana de. Festa na província do Piauí: o retorno do corpo de Voluntários da Pátria da Guerra do Paraguai em 1870. IHGB, Rio de Janeiro, 2020, p.203-226. Disponível em: <<https://www.ihgb.org.br/revista-eletronica/artigos-482/item/108678-festa-na-provincia-do-piaui-o-retorno-do-corpo-de-voluntarios-da-patria-da-guerra-do-paraguai.html>>. Acesso em: 12/04/2023.
- BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. *Festas cívicas na Corte regencial*. Revista Varia História, Belo Horizonte, v.22, n.36, p.494-516, 2006.
- BOITEUX, Lucas Alexandre. *Santa Catarina nas guerras do Uruguai e Paraguai*. Florianópolis: Editora UFSC, 1972.
- CABRAL, Oswaldo. *Nossa Senhora do Desterro- Memória*, vol. 1. Florianópolis: Editora UFSC, 1972.
- CABRAL, Oswaldo. *Nossa Senhora do Desterro- Memória*, vol. 2. Florianópolis: Editora UFSC, 1972.
- CABRAL, Oswaldo. *Nossa Senhora do Desterro- Notícia*, vol. 1. Florianópolis: Editora UFSC, 1971.
- CHOAY, Françoise. *Alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora Unesp, 1992.
- CORRÊA, Carlos Humberto P. *História de Florianópolis Ilustrada*. Florianópolis: Editora Insular, 2005, 3ª ed, p.152- 177.
- DORATIOTO, Francisco. *Guerra Maldita: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2002.
- FERREIRA, Gabriela Nunes. *O rio da Prata e a consolidação do estado imperial*. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.
- GARCIA, Gabriel Ignácio. A Guerra do Paraguai em diferentes interpretações. Revista Cadernos de Clio, vol.5, n.1, p.15-37, 2014. Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/cliio/article/view/40213/24567>>. Acesso em: 25/06/2022.
- IZECKSOHN, Vitor. A Guerra do Paraguai. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *Coleção Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2009, vol. II, cap. IX, p.385-424.

- KRAAY, Hendrik. Festa e política: o fim da Guerra do Paraguai na corte imperial. In: VARGAS, Jonas M. *Belicosas fronteiras: contribuições recentes sobre política, economia e escravidão em sociedades americanas (século XIX)*. Porto Alegre: Editora Fi, 2017, cap.9, p.179-205.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5ª ed. São Paulo: Editora Unicamp, 2003, p.525-526
- LOHN, Reinaldo Lindolfo. Uma história fardada: a guerra contra o Paraguai vista de Santa Catarina. In: BRANCHER, Ana; AREND, Silvia Maria Fávero (org.). *História de Santa Catarina no século XIX*. Florianópolis: Editora UFSC, 2001, cap.7, p. 165-204.
- MARTINS, William de Souza. *Festas*. In: VAINFAS, Ronaldo; NEVES, Lúcia Bastos Pereira das (org.). *Dicionário do Brasil joanino (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2008.
- PIAZZA, Walter F. *Santa Catarina: sua história*. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1983, cap. XX, p.451-468.
- RODRIGUES, Marcelo Santos. *Repercussões sobre o fim da Guerra do Paraguai, na Argentina, no Uruguai e no Brasil*. Revista Diálogos, v. 19, n.3, 2015, p.1065-1084. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/33731>>. Acesso em: 19/02/2023.
- RODRIGUES, Marcelo Santos. *Guerra do Paraguai: os caminhos da memória entre a comemoração e o esquecimento*. 2009. 340 f. Tese (Doutorado) - Curso de História Social, Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. A Guerra do Paraguai: o “voluntário número um”. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2ª ed. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1998, cap. 11, p.451-486.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Império em procissão: ritos e símbolos do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, 73 p.
- SHARPE, Jim. *A História vista de baixo*. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 1992.
- SILVA, Jaime José dos Santos. Entre a diversão e as proibições: as festas de escravos e libertos na ilha de Santa Catarina. In: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Joseane Zimmermann (org.). *História Diversa: africanos e afrodescendentes na ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora Ufsc, 2021. Cap. 5. p. 106-127.
- SOARES, Rodrigo Goyena. *A politização do regresso ao império dos veteranos da Guerra do Paraguai*. *Sæculum – Revista de História*, v. 38, n. 38, p. 147–171, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/33866>>. Acesso em: 25/08/2022.

SOARES, Rodrigo Goyena. *Expectativa e Frustração: história dos veteranos da Guerra do Paraguai*. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 07/2014, 92 p. Disponível em: <<http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/12013>>. Acesso em: 25/08/2022.

VÁRZEA, Virgílio. *Santa Catarina: a ilha*. Florianópolis: Editora IOESC, 1984.

WEGNER, Felipe Henrique. *Santa Catarina vai à guerra: a mobilização militar catarinense durante a Guerra do Paraguai*. 2010, 92 p. Monografia (especialização) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.